

ATA DETALHADA DA 185ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1
2
3 Aos vinte e dois dias do mês de novembro de 2013, às nove horas, no plenário da Casa de
4 Direitos Humanos – Sede do CEAS/MG realizou-se a centésima octogésima quinta Plenária
5 Ordinária do CEAS, coordenada pela presidenta Sra. Maria Juanita Godinho Pimenta, onde
6 estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Maria Juanita Godinho Pimenta –
7 SEDESE. Ronaldo Gonçalves de Oliveira – CMAS/Juiz de Fora, Geisiane Lima Soares – Caritas
8 Brasileira/MG, Júlio César de O. Brum – IMSNS, Adriana Rocha – SEAPA, Anália Maria Ferreira
9 – COGEMAS, Denise de Cássia Cunha – CRESS-MG, Sérgio Sampaio Bezerra – Fed. Das
10 APAES/MG, Shirley Aparecida Moreira da Silva – CMAS/Sarzedo, Andréa Maria Medrado –
11 SEDESE, Marcos Vinícius Dias Nunes – FETAEMG – Hermellis Messias Tirado de Campos –
12 CMAS/São Francisco de Paula, Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND–, William de Sá –
13 CMAS/BH - Rodrigo dos Santos França – ASSPROM, Mila Magalhães Ribeiro-SEPLAG, os
14 conselheiros Suplentes: Isabela de Vasconcelos Teixeira – SEDESE, Adriane Cristina Domiciani
15 Resende Rosa – CRED. Fernanda Rodrigues Maia Mendes – SES. Os convidados: José Maria
16 .Consórcio Candonga/Ponte Nova, Cláudia Maria B. Falabela – SEDESE, Edma A. Marinho –
17 SEDESE Ana Claudia Castelo Branco Pena – SEDESE, Cristiano de Andrade – SEDESE Maria
18 Tereza D. Carneiro – CPE Participações – PCH/Fumaça. Membros da Secretaria Executiva:
19 Consolação Cifani da Conceição, Elizabeth Chalita, Rosalice Tassar, Maria de Paula, Erika
20 Ribeiro Cruz e Maria Luiza de Carvalho. A presidente inicia a plenária: JUANITA – Vamos iniciar
21 nossa plenária de hoje, uma plenária diferente que nós temos os conselheiros novos
22 representando a sociedade civil e os conselheiros que já integram este conselho que foram
23 eleitos novamente e vão nos dar a honra de ficar conosco por esse período da vigência deste
24 mandato sejam todos bem vindos, vamos prover a posse de todos vocês. Nossa plenária de hoje
25 é a 185ª vocês estão com a pauta na mão. Eu gostaria que vocês olhassem a pauta ver se tem
26 algum item para incluir. Essa pauta é para os novos conselheiros que chegam ela é construída
27 considerando o planejamento que o conselho estadual tem e as necessidades advindas da
28 urgência que vão sendo incluídas na pauta. Então o conselho tem um planejamento que vocês
29 vão conhecer e em janeiro iremos trabalhar no planejamento de 2014, então essa pauta é
30 embasada considerando o planejamento que nós temos e as questões que vão entrando na
31 medida do necessário que o conselho precisa deliberar. Entretanto é a proposta do conselho,
32 que os conselheiros tem autonomia de solicitar inclusão de pauta. Eu pergunto para vocês se
33 podemos conduzir a plenária com essa pauta, podemos? Bom! Temos uma justificativa de
34 ausência que é da conselheira governamental Edir que é representante da educação, ela está
35 com problemas de saúde e por esse motivo ela não está participando da plenária de hoje. Essa
36 plenária vai ser um pouco diferente até para os novos conselheiros se sentirem parte desse
37 conselho. Vamos fazer uma pequena demonstração do modo de operação do CEAS para que
38 vocês sintam-se confortáveis de utilizar-se deste conselho, de utilizar-se da secretaria executiva,
39 ver as nossas competências legais. Vocês estão recebendo um pendrive com toda a normativa
40 federal e estadual, principalmente a estadual que regula o sistema de único de assistência
41 social, as competências deste colegiado e de nós conselheiros. Claro que salvamos em pendrive
42 para vocês utilizarem em momento de descanso em casa, enfim no trabalho de vocês, porque
43 aqui não dá tempo. São normativas necessárias para que possamos desenvolver o nosso
44 trabalho da melhor forma possível. Só para dar esclarecimento para os novos conselheiros, essa
45 tarjeta amarela significa para o conselheiro que é titular e que está com direito a voto no
46 conselho. A tarjeta bege é o conselheiro suplente que ele, por enquanto enquanto o titular dele
47 estiver presente ele não tem direito a voto. Mas a fala, a palavra ele tem o direito a qualquer
48 momento, troca-se a tarjeta de bege para amarelo, quando o titular não vem. A normativa desse
49 CEAS é que todos os conselheiros participem das comissões, independente de serem titulares
50 ou suplentes é concedida diária para os conselheiros virem participar. Lembrando que essa
51 primeira plenária, por ainda os conselheiros não terem tomado posse, a diária vai ser paga como
52 ressarcimento, mas o processo já foi todo feito é um processo interno do Governo, vocês já tem
53 o ato publicado no diário oficial, mas a posse será assinada agora. Eu vou pedir os nossos
54 colaboradores para ajudar na apresentação do CEAS para os conselheiros novatos, peço licença
55 aos conselheiros que já estão, pela sua colocação não está. Desculpa, eu sempre tomo mosca.
56 Vocês vão acostumar comigo os novatos. Tinha a posse, não é Volney, tinha posse que antes eu
57 tinha que dá para vocês. Bom! O termo de posse ele está aqui e vai circular. Já foi publicado no
58 diário oficial é o ato de nomeação que é o Governador que nomeia para vigência deste novo
59 mandato que é de 2013/2015, aqui nós vamos assinar o termo de posse, vou passar para que
60 todos assinem, depois eu assino. E depois vai uma cópia para todos vocês e vocês vão
61 conhecerem no termo de posse que tem o termo de posse que vocês vão assinar e atrás tem um
62 número de vacâncias que o CEAS ainda tem e de que forma vamos ocupar essas cadeiras que
63 estão em vacância no CEAS. Vou passar para vocês o termo de posse, mas enquanto passa, eu
64 gostaria que os conselheiros da sociedade civil que estão chegando hoje, ficassem de pé para
65 que a gente os parabenizasse e eu possa dar posse a todos vocês, por favor! Então está

66 tomando posse hoje no conselho. Marcos não chegou ainda, Sérgio Sampaio da APAE, Josiane
67 Lima representando a CARITAS, a Denise também não veio, o Volney representando o
68 sindicato dos psicólogos, a Adriane Cristina representando o conselho regional de economistas
69 domésticos, o Hermelis Messias representando o conselho municipal de assistência social São
70 Francisco de Paula, a Shirley Aparecida, conselho municipal de Sarzedo, o William de Sá,
71 representando o conselho municipal de Belo Horizonte e o Ronaldo Gonçalves representando o
72 conselho municipal de Juiz de Fora, o Rodrigo de Franca representando a ASSPROM, Júlio
73 Cesar de Oliveira Brum, representando o Instituto do Missionários Sacramentinos de Nossa
74 Senhora, Todos vocês a partir de agora fazem parte deste colegiado e representa o Estado de
75 Minas Gerais, com relação a fiscalização do SUAS, nós somos responsáveis por fiscalizar o
76 SUAS no Estado de Minas Gerais, temos uma concepção diferente dos conselhos municipais de
77 assistência, nosso papel é diferenciado e vamos mostrar a vocês aqui. A partir de agora sejam
78 todos muito bem vindos e façam parte deste colegiado e utilizem deste conselho para todos os
79 momentos que sentirem necessidade para o bom desempenho do trabalho de vocês. Muito
80 Obrigada! (Aplausos). Vou pedir a Consolação para passar o termo de posse. Nós temos na
81 história deste conselho, uma representação da sociedade civil muito atuante, toda a história do
82 CEAS a sociedade civil participa muito, colabora muito com a construção do SUAS no estado, o
83 SUAS no estado só está com essa robustez e com essa importância, também por causa do
84 trabalho da sociedade civil, são grandes parceiros na construção deste sistema, eu tenho
85 certeza que vocês vão somar conosco, vão continuar na construção deste trabalho, que os
86 outros infelizmente tiveram que sair pela questão da normativa nossa, que só pode mais uma
87 reeleição, mas tenho certeza que vocês irão contribuir e fortalecer com o sistema único de
88 assistência social no Estado. Conselheiro Marcos Vinicius Dias Nunes, também representando a
89 Federação dos Trabalhadores em Agricultura no Estado de Minas Gerais, acabou de chegar e
90 será empossado neste momento. Nós estamos somente com um comunicado que é da Denise
91 que representa o CRESS, que enviou um e-mail para o CEAS, falando da impossibilidade de
92 estar pela manhã. Como nós temos uma normativa, eu tenho que trazer isso aqui para essa
93 plenária, porque a nossa normativa ela fala que os conselheiros tem que tomar posse na
94 plenária subsequente a eleição. E ela vai vir à tarde e a posse estava marcada pela manhã.
95 Então a secretaria executiva conversou com ela e disse que quando o conselheiro candidata a
96 vaga ele conhece todas as normativas, inclusive a data da posse estava regulada na nossa
97 resolução da eleição da sociedade civil. Então eu coloco aqui para vocês e pergunto se a
98 conselheira chegando a tarde se este conselho se eu posso empossá-la no segundo momento
99 vai ser somente ela, num segundo momento, porque com vocês está acontecendo pela manhã.
100 E se eu posso fazer isso na parte da tarde com a Denise. Tranquilo conselheiros. OK! Bom!
101 Enquanto passa o termo de posse para coleta de assinatura de vocês, vai ser bastante rápido é
102 só para que os novos conselheiros se sintam familiarizados com o conselho municipal, sempre
103 quando a gente chega num espaço novo é bom termos um conhecimento generalizado de como
104 é o funcionamento. Esse cuidado a secretaria executiva teve para fazer a demonstração para
105 vocês. Bom! Então como todos vocês sabem, o CEAS é o órgão no Estado responsável por
106 fiscalizar o sistema único de assistência social. Ele é o colegiado maior da política da assistência
107 social, ele é deliberativo ou seja tudo que o gestor faz tem que ter a aprovação deste colegiado.
108 Lembrando que o gestor SEDESE, a Subsecretaria de Assistência Social que é o gestor do
109 SUAS no Estado. Tem composição paritária Governo e Sociedade Civil, esse CEAS é vinculado
110 a SEDESE, foi criada por essa lei que está no pendrive de vocês 12262/96, essa lei institui a
111 política estadual de assistência social e cria o CEAS. O CEAS iniciou suas atividades um ano
112 depois da criação da lei, está no nono mandato de conselheiro e é composto por 20 membros
113 nomeados pelo governador, para um mandato de dois anos e é permitido uma única recondução
114 por igual período. As nossas competências considerando é a nossa lei, são varias, nós pinçamos
115 somente as que são mais necessárias mencionarmos, no artigo 13 da nossa lei que fala quais
116 são as competências do CEAS, Aprovar a política e o Plano Estadual de Assistência Social, a
117 proposta o orçamentária da assistência social. Também está salvo no pendrive de vocês, o
118 orçamento da assistência para 2013 que é a que nós estamos finalizando, e a proposta que está
119 na Assembléia nós não salvamos porque com certeza tem emenda e vamos encaminhar para
120 vocês so quando ela for aprovada. Normatizar as ações e regular a prestação do serviço sócio
121 assistencial de natureza publica e privada. Normatizar e efetuar o registro das entidades e
122 organizações de assistência social, cuja área de atuação ultrapasse o limite de um município,
123 porque quando a entidade é só de um município é o conselho municipal que o faz. Zelar pela
124 efetividade do SUAS, convocar ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente a cada
125 4 anos, ali saiu errado né Consolação, nossa lei é dois? Dois anos a conferência Estadual que é
126 antecedida de Pré-conferência Regionais, então a lei do estado já garante a convocação das
127 Pré-confências que já está na lei que tem a atribuição de avaliar a política de assistência social.
128 No artigo 20º da nossa lei, coloca que dentre outros essa lei 12812, que também está salva no
129 pendrive, é uma particularidade que só o conselho municipal de assistência social de Minas
130 Gerais tem. Aprovar os planos de assistência social elaborado pelos empreendedores públicos.

131 Toda vez que o empreendedor público ou privado for implantar, implementar uma usina
132 hidrelétrica, para geração de energia, esse empreendedor tem que apresentar no CEAS um
133 plano de assistência social, para falar o que o empreendedor vai propor para minimizar os
134 impactos daquele empreendimento. Então isso é uma peculiaridade do CEAS, divulgar o pedido
135 de barramento junto à população dos municípios e fiscalizar a implantação dos planos de
136 assistência social. Esta lei é um diferencial que nós temos e aqui hoje vai ser feito uma relatoria
137 de um PAS. As atribuições nossa do colegiado, participar da plenária e das comissões ou grupo
138 de trabalho que foram designados, manifestando-se a respeito de matérias em discussão, relatar
139 os processos de usinas de acordo com as normativas do SUAS, deliberar sobre propostas
140 recomendações e pareceres emitidos pelas comissões, apresentar monções ou proposições de
141 assuntos de interesse da assistência social. Fornecer a secretaria executiva do CEAS todos os
142 dados e informações que tenham acesso ou que se situam na respectiva competência, sempre
143 que julgarem importantes para deliberação do conselho, ou quando solicitada pelos demais
144 conselheiros. Solicitar à secretaria executiva e aos demais membros do conselho todas as
145 informações que julgarem necessários para desempenho de suas funções e executarem outras
146 atividades que lhes sejam atribuídas pelo presidente do colegiado ou próprio colegiado. A
147 secretaria executiva, vai coletar de vocês uma ficha, já está com todos vocês, esses dados são
148 registrados em um sistema, que registra a partir dessa plenária vocês como conselheiros e que
149 vocês é quem tomam as decisões do controle social do SUAS no Estado. Nós somos no CEAS
150 10 representantes do Governo e 02 da SEDESE, um da Secretaria de educação, um da
151 SEPLAG, um da saúde, um da fazenda, um da secretaria de agricultura e um representante de
152 secretário municipal de assistência social, que representa o governo e dois representantes
153 governamentais do conselho municipal que são eleitos pela conferência. O CONGEMAS é ali
154 secretário municipal. Representando a sociedade civil, conforme a nossa lei, dois representantes
155 de entidades de usuários de assistência de âmbito estadual, quatro de entidades de assistência,
156 tudo é de âmbito estadual, dois de entidade representativa de trabalhadores da área e dois
157 representantes não governamentais dos conselhos. Então é essa a nossa composição no CEAS.
158 Hoje a nossa sociedade civil, isso também está salvo no pendrive. Quem são os nossos
159 representantes por categoria e quais são as entidades que eles representam. Entidades de
160 assistência está o Marcos, Sérgio, Rodrigo, Jesiane, Júlio e Denise e nós temos duas vacâncias.
161 Trabalhador da área Adriane e o Volney, também nós temos uma vacâncias, conselho municipal
162 não governamental nós temos o Sr. William e o Ronaldo temos uma vacância. Governamental
163 Conselho municipal de assistência social, Hermellis, Shirley, temos uma vacância. SEDESE, sou
164 eu a Isabela, vocês vão olhando na plaquinha só para vocês se conhecerem. A Andréia
165 Medrado, Ana Maria Albanita que ainda não chegou, representando a Educação a Edir que
166 justificou a ausência e a Rosalia, a SEPLAG é a Mila que já está aqui e a Clodoália, a secretaria
167 de saúde é a Tânit e a Fernanda, a Fazenda é a Guilhermina e o José Henrique, a SEAPA é a
168 Adriana e a Maria de Lourdes, e o CONGEMAS é a Anália e a Kelly. A mesa diretora do CEAS,
169 só está os representantes do governo, porque nós temos que fazer a definição da sociedade
170 civil, então eu estou como presidente, vice-presidente é a sociedade civil, primeira secretária é a
171 Anália, segundo secretário tem que definir, nós temos a comissão de política, a coordenadora é
172 a Maria Albanita tem que definir o coordenador da comissão de normas, a comissão de
173 orçamento é a Andreia que representa o governo e a comissão de apoio tem que definir. A mesa
174 diretora como nós temos 4 comissões duas coordena o governo e duas coordena a sociedade
175 civil, A estrutura e como funciona as atividades no CEAS, nós temos a plenária que é a estância
176 maior, temos a mesa diretora logo abaixo, as comissões e a secretaria executiva que apóia todo
177 o funcionamento e a execução do conselho. Toda demanda ela entra no conselho estadual,
178 passa primeiro a matéria, entra para o apoio administrativo, qualquer correspondência, qualquer
179 demanda que vocês foram fazer para este conselho, formalmente vai para o apoio
180 administrativo, que protocola e encaminha para a secretária executiva, que despacha comigo
181 presidente. É as coisas que tem que ser encaminhada a presidente já encaminha diretamente,
182 outras coisas eu encaminho ou para a mesa diretora ou eu encaminho para as próprias
183 comissões, na mesa diretora são tomadas algumas decisões e as comissões trabalham as
184 matérias específicas e dá indicativo de aprovação ou não ou de algum encaminhamento. Então é
185 dessa forma que funciona a operacionalização do conselho estadual de assistência social. Essa
186 plenária se reúne uma vez por mês geralmente na terceira sexta-feira do mês, vamos entregar
187 para vocês o calendário, pra vocês já grampearem na agenda, toda terceira sexta-feira do mês,
188 ou extraordinariamente mediante a convocação da presidente ou de um terço dos seus
189 membros, as convocações para plenária são encaminhadas para os conselheiros titulares e
190 suplentes que deverão confirmar sua presença ou justificar sua ausência com antecedência pelo
191 menos seis dias úteis ou quando este prazo não puder ser cumprido em até 48hs após o término
192 da reunião. As plenárias serão publicadas e instaladas em primeira convocação com a presença
193 da maioria simples dos seus membros e em segunda convocação após 15 minutos com a
194 presença de qualquer numero de conselheiros. A plenária será presidida pela presidente do
195 CEAS, substituída pelo vice-presidente ou pelo primeiro secretário, segundo secretário ou outro

196 conselheiro delegado por ele nesta ordem. Todos os presentes tem direito a voz mediante
197 solicitação na plenária e o de votar cabe apenas aos conselheiros titulares e ao suplentes em
198 condição de titularidade. Isso está no regimento interno que foi aprovado pela resolução do
199 CEAS 358 que também está no pendrive de vocês. É claro que pegamos algumas coisas, mas o
200 regimento interno tem outras questões, por favor. As deliberações são tomadas por maioria
201 simples dos votos, salvo quando se tratar de decisões de alteração de regimento interno, fundo,
202 orçamento e critério de partilha quando o coro mínimo será de dois terços dos seus membros. A
203 votação será do titular que terá direito a um voto, o voto divergente ou abstenção poderá ser
204 registrado em ata a pedido de quem o preferiu a matéria não deliberada em um plenária deverá
205 fazer parte da seguinte, as manifestações dos CEAS se farão por meio de resoluções,
206 deliberações, recomendações, pareceres, declarações, instruções normativas e moções. A
207 sessão plenária é gravada em CDRoom que é degravada constituindo-se assim o ato desta e o
208 acervo do conselho. É facultado aos conselheiros, bem como a qualquer interessado o pedido de
209 reexame de qualquer resolução, instaurada pelo conselho, justificando possível irregularidade
210 em correção e inadequação técnica administrativa ou financeira, é facultada ao conselheiro pedir
211 vista da matéria em discussão, sendo esta retirada da pauta a critério da plenária. As reuniões
212 plenárias serão publicadas, salvo quando se tratar de matérias sujeitas à sigilo. Na forma da
213 legislação pertinente e é facultado ao colegiado conceder a palavra ao público. Temos uma
214 secretaria executiva que é responsável por todo o funcionamento deste conselho, é diretamente
215 subordinada a presidente e ao colegiado e tem a função de dar o suporte para o cumprimento
216 das atribuições deste conselho. A sua estrutura, funcionamento e atribuições foi estabelecido no
217 decreto pelo governador e está aí para vocês. Faz parte da secretaria executiva, 12 funcionários
218 de apoio administrativo, incluindo motorista e serviços gerais, um funcionário para apoio. Saiu
219 errado. São 7 funcionários de apoio técnico são 5 funcionários para apoio técnico, assistente
220 social, psicólogo e sociólogo. 1 Secretário executivo que é a Consolação Sifane que é assistente
221 social. esse aí é o quadro da secretaria executiva que vocês vão utilizar muito do trabalho deles,
222 o nome de todos a função e a referencia. Nós temos a Consolação que é a coordenadora desta
223 secretaria executiva, a Rosa que é a técnica responsável por acompanhar a comissão de
224 normas, vou pedir para ela levantar para os novos conselheiros conhecê-la. A Elizabeth que é a
225 técnica assistente social que acompanha. A Beth é psicóloga ou assistente social? Assistente
226 social. Que acompanha a comissão de orçamento e financiamento deu uma saída. A Delmira
227 que acompanha a comissão de política. A Maria Paula, que acompanha a comissão de apoio
228 aos conselhos. O Ângelo que é responsável por elaborar as orientações e as elaborações, deu
229 uma saída ta no conselho. A Nilce que também é responsável por elaboração e orientação, o
230 conselho fica no 6º andar, não sei se vocês conhecem, mas é aqui no andar abaixo. Aí tem a
231 Raquel, Maria Rafaela, Max, Vera, Maria Luiza, Erica a Rosangela e o Sr. José Cesar que fazem
232 parte do apoio administrativo, que faz com que tudo isso no CEAS aconteçam de forma
233 organizada. A comissão de orçamento hoje nós temos a coordenadora dela é a Andréa e
234 representa o governo e quem participa desta comissão é a Clodoalha da SEPLAG, e a Mila da
235 SEPLAG, nós temos hoje definir quem da sociedade civil vai compor essa comissão. Essa
236 comissão possui a atribuição de subsidiar o CEAS no cumprimento das suas competências,
237 principalmente com relação a proposta orçamentária, da prestação de contas, tudo que diz
238 respeito a orçamento e financiamento o assunto primeiro vai para essa comissão, que analisa,
239 discute e encaminha para essa plenária tomar a decisão. Então, só para vocês conhecerem
240 temos que definir aqui hoje quais são os conselheiros da sociedade civil que vão apoiar a
241 comissão de orçamento e financiamento. Para vocês conhecerem e definir e sairmos daqui
242 agora com os nomes da sociedade civil, a técnica que acompanha é a Elizabeth. As
243 competências da comissão resumidamente como falei, tudo que é afeto a orçamento e
244 financiamento, a presidente encaminha para ser analisado pela comissão. Então a comissão que
245 prepara a matéria para trazer para essa plenária. A segunda comissão é de apoio. é governo. A
246 comissão de apoio a conselhos municipais de assistência social, tem a função de subsidiar o
247 CEAS, com relação ao apoio aos conselhos municipais, sendo sua principal tarefa apoiar as
248 uniões regionais de conselho municipal de assistência social, dentre outras é apoiar as
249 URCMAS, então hoje quem coordena é a Anália, porque essa é a comissão do governo e está
250 sem nenhum membro, então essa é para. Essa é coordenada pela sociedade civil, quem
251 coordenava é o conselheiro Geraldo que não está mais conosco. Precisa ter uma pessoa e lá
252 dentro da comissão vai tirar o coordenador para a sociedade civil. Está a competência delas,
253 tiramos do regimento para ficar mais fácil e essa apresentação está salva no pendrive. A
254 comissão de política a técnica que acompanha é a Delmira, essa é coordenada pelo governo,
255 coordenadora Maria Albanita, aí são os membros do governo que fazem parte desta comissão e
256 tem que entrar os membros da sociedade civil, considerando a questão da paridade do conselho
257 estadual. A principal função desta política é aprovar, acompanhar e monitorar a execução da
258 política estadual e do plano plurianual de assistência social, que está salvo no pendrive, e todas
259 as temáticas afetas á política de assistência são encaminhadas para essa comissão para
260 discussão e parecer para encaminhar para plenária. Nós tiramos do regimento interno as

261 competências. A ultima é a comissão de normas, que é acompanhada pela sociedade civil,
262 quem acompanha ela é a técnica Rosa, do governo quem participa é a Adriana da CEAPA e a
263 Guilhermina da Fazenda que está nessa comissão e essa comissão uma das maiores
264 atribuições delas é regular todo o processo do SUAS, propor a regulação do SUAS no âmbito do
265 Estado e especificamente os planos de assistência social dos empreendimentos hidrelétricos,
266 proposta de resolução, alteração, tudo passa nessa comissão para discussão e passa por esse
267 plenário. E no CEAS tem uma comissão de ética que possui atribuição de receber denúncias e
268 propostas para averiguar ação de infração que foram encaminhadas, indicando a convenia de
269 instauração de procedimento específico, aplicação de eventuais penalidades, quem apóia essa
270 comissão é a Consolação, o coordenador era o Volney, nós temos que fazer a eleição de um
271 novo coordenador da comissão de ética, a Tanite representando o governo é da comissão, que
272 trabalha com qualquer problema de conselheiros, quando na sua representação do CEAS,
273 qualquer denúncia, enfim. Bom, então essas são as nossas comissões, que apresentamos para
274 vocês definirem para qual comissão vocês irão. As reuniões regionais de conselhos municipais
275 de assistência social, elas forma criadas na verdade no Estado de MG, é o único Estado que tem
276 essa forma de organização, sendo criado na época da própria conferência, na necessidade dos
277 conselhos se organizarem nas regiões para eles poderem se fortalecer. Não foi uma iniciativa do
278 CEAS, foi uma iniciativa da própria sociedade que na conferência identificou a necessidade de
279 se agruparem e fortalecerem. Considerando a importância disso e foi uma deliberação na
280 conferência. o CEAS regulou as URCMAS por meio da resolução 350, então a reunião 350 que
281 conceitua as URCMAS que fala qual é o seu papel, qual a sua competência, então as uniões
282 regionais de conselho é um fórum que reuni os conselhos municipais de determinada região e
283 não é vinculado à SEDESE, nós temos uma diretriz que seja próximo da regional da SEDESE
284 para ela apoiar a URCMA no seu funcionamento, mas nada impede essa organização ser de
285 outro modelo, temos outros modelos diferenciados, na criação das URCMAS até hoje e temos
286 outro objetivo de fortalecer mesmo os conselhos. De levar o debate para uma região, com o foco
287 de capacitar. pois enquanto estão discutindo eles estão capacitando também considerando, a
288 necessidade de troca de experiências. A comissão de apoio ao conselho é a comissão que apoia
289 o fortalecimento das URCMAS, ano passado tivemos uma reunião muito estratégica que
290 participaram 10 URCMAS e que nós conseguimos estabelecer com a URCMA uma metodologia
291 de trabalho que a partir de 2014, o CEAS vai apoiar diretamente as URCMAS de acordo com o
292 que ficou definido aqui com os 10 representantes. Bom! Essa são as representações das 10
293 URCMAS, porque convidamos todas as URCMAS para vir aqui e as 10 que vieram com o
294 numero de conselhos municipais que participam com estratégias de trabalho a partir de 2014, é
295 a URCMA de BH que participa que é hoje a referência o conselho municipal de BH, que tem 14
296 municípios vinculados. A URCMA de Divinópolis que tem uma microrregional de Campo Belo e
297 outra de Capitólio e a própria Divinópolis e a de Abaeté, então participa aquela ação de
298 conselhos municipais na URCMA de Divinópolis. Então a própria URCMA de Divinópolis num
299 processo de organização interna subdividiu em microrregião para ficar mais fácil o trabalho a ser
300 desenvolvido. A URCMA de Valadares que hoje não tem referência, teve aqui, mas não tem
301 referência, deveria aglutinar 78 conselhos. A URCMA de Juiz de Fora conselho de juiz de Fora,
302 89 Conselho, Patos de Minas a referência é o próprio conselho de Patos 24 municípios. A
303 URCMA de Poços de Caldas, com referência de 38 conselhos. A URCMA de Paracatu que a
304 referência é Buriti com 26 conselhos municipais, a URCMA de São João Del Rey, que o
305 conselho municipal de referência é Congonhas com 76 municípios, a URCMA de Salinas que o
306 conselho municipal de Salinas que é a referência com 19 municípios e a URCMA do Triângulo
307 Mineiro que o conselho municipal de referência é Ituiutaba com 15 municípios. Então hoje
308 formalmente nós temos 463 conselhos municipais organizados por meio das URCMAS, que vão
309 ter o apoio da comissão de apoio a conselhos, conforme foi trabalho na estratégica aqui em
310 agosto, se eu não me engano. Bom! O plano de assistência social de barragem é o que nós
311 falamos da Lei 12816 que é uma particularidade de Minas Gerais, todo empreendedor público ou
312 privado que vai implantar uma Usina Hidrelétrica para gerar energia elétrica, na lei fala que ele
313 tem que criar um plano de assistência social e apresentar no CEAS, o plano ele fala qual ação
314 ele vai fazer para minimizar os impactos com a construção da barragem da população atingida
315 direta ou indiretamente, para o empreendedor ter a licença pelo meio ambiente, pela SUPRAM, a
316 licença de instalação e a licença de operação da Usina tem que ter o plano aprovado pelo CEAS,
317 a primeira parte quando ele começa a implantar os preparativos para implantar o
318 empreendimento, ele apresenta o PAS, que chamamos de PAS barragem, tudo está salvo no
319 pendrive, resolução, modelo do PAS, a partir do momento que o CEAS aprova a SUPRAM,
320 autoriza a licença de instalação que permite ao empreendimento começar a implantar a usina.
321 Depois o empreendedor tem que encaminhar ao CEAS trimestralmente ou bimestralmente para
322 o cumprimento do plano, é trimestral ou semestral? Então o empreendedor ele encaminha o
323 relatório de execução do plano. Vai para a comissão de normas, vamos mostrar como se dá
324 esse fluxo e quando o CEAS identifica que o plano foi cumprido, a SUPRAM libera pra eles a
325 licença de operação. Eles só podem encher o tanque, o empreendimento lago quando tiver a

326 licença de operação. O PAS barragem é regulado no CEAS por meio da resolução que está no
327 pendrive 317 e 318 que fala sobre o conteúdo do PAS e como vai ser a análise do PAS. O PAS
328 é um instrumento de planejamento que fala tudo que o empreendedor vai fazer para minimizar
329 os impactos e como vai ser monitorado e avaliado. O que tem que ter no PAS bem rapidamente,
330 o empreendedor tem que consolidar o empreendimento, depois ele tem que fazer um diagnóstico
331 da área, das famílias, das propriedades da família que serão atingidas. Os projetos que o
332 empreendedor vai fazer que a resolução do CEAS trabalha, que é o projeto de comunicação,
333 negociação de terras e instalação do posto de atendimento social, com equipe multidisciplinar e
334 os projetos conforme cada característica local. Que são projetos de reativação econômica,
335 assistência técnica para as ações envolvidas, segurança alimentar, reestruturação de
336 acessibilidade e outros de acordo com cada empreendimento. O fluxo de processos PAS
337 barragem dá-se da seguinte forma, O empreendedor protocolo o PAS na secretaria executiva do
338 CEAS e no conselho municipal de assistência social no município de origem onde o
339 empreendimento vai ser implantado. E ele também protocola no CEAS relatório trimestralmente
340 ou semestralmente de cumprimento do plano e no final o relatório de cumprimento do PAS.
341 Esses documentos passam pela secretaria executiva do CEAS que analisa o documento e pode
342 solicitar complemento de informação antes de ir para a comissão de normas. A técnica já analisa
343 para ver se falta alguma coisa, a presidência já encaminha para o empreendedor solicitando
344 documentações complementares. O CEAS faz a visita técnica, se reúne com atingidos, o
345 conselho municipal, com o gestor da prefeitura e o empreendedor, onde terá o empreendimento.
346 A partir daí a técnica emite o parecer, para subsidiar o relator que é o conselheiro que vai
347 analisar o processo e distribui o processo e cada um de nós é responsável por analisar este
348 processo e fazer a relatoria. O conselheiro relator ele pode visitar o local, se ele entender que é
349 necessário sou solicitar complementação e esclarecimentos, tanto do empreendedor, quanto da
350 técnica. O relator conselheiro ele emite um parecer e trás para a plenária e a plenária delibera.
351 Ou a plenária delibera junto com o relator ou ela delibera diferentemente a partir daí o conselho
352 emite uma resolução e começa o monitoramento do plano de assistência social. Bom! o
353 processo de acompanhamento dos planos se dá através de relatórios trimestrais ou semestrais,
354 por meio de visita técnica, por meio de diligências de conselheiros, por meio de documentos,
355 reunião de empreendedores e com os atingidos, reunião com os conselhos municipais de
356 assistência social dos atingidos e ainda mediante denuncia. Só para vocês terem idéia, hoje
357 temos no CEAS 112 empreendimentos que passaram por aqui e que esse CEAS emitiu
358 resolução. 22 Centrais geradoras hidrelétricas, 75 pequenas central geradoras hidrelétricas, 10
359 aproveitamento hidrelétricos e 5 abastecimento de água e contenção, dá um total de 112 nós
360 temos neste, 112, até que é uma quantidade de denúncias referente a PAS, são 22 denúncias, o
361 total de famílias residentes nessas áreas diretamente afetados por esses 112 empreendimentos
362 são 753 famílias e propriedades afetadas são 2016 rurais, 83 ilhas e 2 comunidades e 1
363 residência. Isso é só uma demonstração de um trabalho muito grande que o CEAS desenvolve.
364 Somente para lembrar os conselheiros. Não recebem qualquer remuneração, sendo serviço de
365 interesse público de relevância e valor social, as diárias no exercício de representação do
366 conselho previamente autorizada e não se paga diária para município de residência do
367 conselheiro, nós temos uma legislação que regula este processo, está no pendrive também. A
368 prestação de contas de diárias e passagens é até 5 dias úteis após o evento. O conselheiro
369 titular perderá o mandato se faltar a três plenárias consecutivas ou a 6 alternadas, salvo quando
370 justificada por escrito e aprovado pela plenária e a ausência dos conselheiros nas comissões
371 temáticas e grupos de trabalho serão comunicados ao representante legal da entidade ou órgão
372 solicitando providencias. o Código de ética do CEAS dispõe dos objetivos, princípios,
373 responsabilidades, deveres, vedações e aplicação de penalidades, inclusive para os
374 conselheiros no exercício do seu trabalho e da representação. Bom! Bem rapidamente é só para
375 atender a responsabilidade desse plenário, nós decidimos sobre a vida de todas as famílias do
376 SUAS indiretamente ou diretamente porque as nossas decisões afetam eles diretamente na
377 ponta, então o nosso trabalho tem que ser feito com a maior lisura e o maior cuidado possível.
378 Quando saímos deste plenário representando o CEAS, eu estou representando este colegiado,
379 eu tenho que levar a discussão dessa plenária, onde eu vou fazer a representação e não tenho
380 que levar a minha opinião pessoal. Quando eu vou representar o CEAS, porque aqui fazemos
381 muita representação, as representações é das discussões que são passadas no plenária,
382 mesmo que eu não concorde com ela eu tenho que defender essa decisão, porque o plenário
383 absoluto decidiu por isso. Foi aquilo que aconteceu na nossa conferência. O CEAS fez uma
384 definição e o CEAS não voltou atrás, porque o colegiado decidiu dessa forma e nós tivemos o
385 apoio da maioria dos municípios, representar um órgão e representar um colegiado é fazer a
386 defesa incondicional daquele lugar que estamos. Bom! isso todos nós já sabemos, o que
387 esperamos dos conselheiros, que é participar ativamente das reuniões, colaborar com as
388 discussões que foram tratadas aqui, divulgar as discussões desse colegiado. Contribuir com a
389 experiência que é trazida para fortalecer a assistência social, temos que está atualizados em
390 assuntos referente a assistência social, para que possamos fazer a acertada possível, e articular

391 com o nosso suplente em sintonia com a nossa entidade, ou seja todas as discussões que são
392 tratada aqui, vocês representam um entidade, então tem que levar para a entidade essas
393 decisões que são tomadas aqui, de que forma ela está apoiando o controle social do Estado.
394 Bom! Essas são as representações que o CEAS tem e que teremos que tirar daqui qual
395 conselheiro fará essas representações. Essas representações são fixas, nós temos
396 representações de convites que chegam, mas essas são fixas, temos as reuniões da comissão
397 de gestor bipartite que é a CIB tem assento o órgão gestor e órgãos municipais, essa reunião
398 acontece todos os meses, geralmente é na primeira sexta-feira de cada mês o CEAS tem uma
399 representação nessa CIB, essa comissão ela que pactua todas as questões de gestão no
400 sistema único no âmbito do Estado. Inclusive hoje ela é pauta de discussão uma resolução da
401 CIB que aconteceu que é da região de assistência social, que todas as regiões da CIB esse
402 CEAS tem que deliberar. Nós temos a representação no COGEMAS, a Anália ela representa
403 essa CEAS aqui, a cadeira dela é do COGEMAS. O COGEMAS é um colegiado de gestores
404 municipais de assistência social, reúne também toda primeira sexta-feira do mês, como são do
405 município, nós fazemos a CIB e o COGEMAS junto para facilitar a vinda do gestor. Então o
406 COGEMAS é pela manhã e a CIB é a tarde. O Colegiado se reúne com os gestores para discutir
407 questões afetas a gestão. O Grupo intergestor do programa da bolsa família no Estado. Existe
408 um grupo na mesma lógica do município. Reuni-se bimestralmente. O Grupo coordenador do
409 FEM que é o grupo de erradicação da miséria, só sociedade civil, de acordo com a lei do Estado,
410 só a sociedade civil, pode compor este grupo. O Fórum de erradicação de trabalho infantil,
411 FECTIPA, também se reúne mensalmente. O comitê gestor estadual para crianças e
412 adolescentes do semi-árido mineiro, O grupo de monitoramento para acompanhar a execução do
413 plano de adequação da SEDESE, referente ao PAS do empreendimento de Candonga.
414 Candonga é um empreendimento que entrou no CEAS a 10 anos e nós estamos com processo
415 de denuncia desse empreendimento, processo complexo, todo o material está salvo na pasta de
416 vocês. Não? Há desculpa é só para quem vai fazer parte da comissão que vai ter acesso. Essa
417 comissão. No processo de apuração de denuncia foi instituído um plano de ação. Essa plano a
418 vigência dele é até 31 de dezembro e a comissão irá se reunir par finalizar o monitoramento do
419 plano. E tem o grupo de trabalho criado para o tratar do plano estadual de promoção, proteção e
420 defesa dos direitos da criança e do adolescente, a convivência familiar e comunitária no Estado
421 de MG, e tem também o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais e quem representa esse
422 Fórum é a presidente ou o Vice-Presidente na sua impossibilidade a delegação de um
423 conselheiro. Com relação a diária o conselheiro Titular ou suplente quando na ausência do
424 titular, residente no interior terá direito de receber a diária par participar das reuniões do CEAS,
425 atendidas as disposições do Decreto 45618 n. 11. Nós estamos com essa particularidade até o
426 mês de setembro, era concedida a diária para todos os conselheiros, titulares e suplentes,
427 entretanto por uma dificuldade financeira do Estado, o Governador, nós estamos com o decreto
428 que é esse decreto ai, e esse CEAS tomou a decisão de conceder a diária somente para o titular
429 ou para o suplente na condição de titular, nesse período de vigência do decreto. Documentos
430 necessários para prestação de contas não podem apresentar nenhuma rasura os tickets aéreos,
431 passagens, ou passagens rodoviária, ou declaração do carro oficial, ou declaração do conselho
432 pra a região metropolitana, recibos de taxis, nota fiscal do hotel, declaração da região
433 metropolitana de BH, relatório de viagem para prestação de contas tem prazo de 5 dias úteis,
434 subseqüentes ao retorno da viagem para ser entregues. Pendências de duas prestações de
435 contas o SIAF bloquea o pagamento de nova diária. É isso ai os conselheiros novos não
436 precisam ficar preocupados, que os técnicos da secretaria executiva irão orientá-los tudo com
437 relação a isso. E acabou! Então o objetivo disso foi dá uma visão geral para vocês e espero ter
438 conseguido de forma bastante sintética, mas toda a normativa que diz afeta a essa apresentação
439 está salva no pendrive para vocês se inteirarem mais e poder participar ativamente deste
440 conselho. Bom! Então, como chegou o lanche das boas vindas, vamos parar 10 minutos depois
441 voltamos pode ser? JUANITA – agora vamos ter a prestação de contas do FEAS referente ao
442 terceiro trimestre de 2013, este ano atipicamente este trimestre está passando direto na plenária
443 sem passar na comissão, porque este mês não teve comissão. É sempre toda documentação ela
444 passa pelas comissões, para fazer uma análise e vir para cá. Só que este mês por causa do
445 processo da eleição não houve reunião de comissão e está vindo direito para a plenária.
446 Compete ao gestor, na Lei eu tenho a obrigação de encaminhar para o CEAS, trimestralmente a
447 prestação de contas e o CEAS tem que analisar, por isso em cumprimento da resolução do
448 CEAS que fala da periodicidade do encaminhamento da prestação de contas, nós estamos
449 encaminhando. Eu gostaria só de propor à sociedade civil, porque considerando a nossa pauta,
450 nós teríamos a prestação de contas e a proposta de alteração da resolução 366, mas
451 precisamos fazer as definições da sociedade civil. Então eu vou fazer a proposta de quando
452 terminarmos a prestação de contas, parariamos os trabalhos, sairíamos para o almoço e a
453 sociedade civil ficaria para fazer as definições de composição de comissão. Tem que fazer a
454 eleição da mesa diretora representando a sociedade civil. Quem é que vai está no segundo
455 secretário vice-presidente, não é isso Consolação? Isso! As representações nas comissões e a

456 representação nas demais representações de apoio do CEAS. Então eu trago ou vocês preferem
457 fazer à tarde, vocês quem sabem. À tarde. Então continuamos os trabalhos, saímos para o
458 almoço e no retorno. Então na hora que sairmos já marcamos para o almoço e 15 minutos para
459 vocês fazerem o trabalho, pode ser? Como as nossas reuniões são gravadas, toda manifestação
460 tem que ser no microfone. **MARCOS** – estou com dificuldade, porque estarei fora de BH com
461 minhas atividades e semana que vem também, então hoje só vou poder participar da parte da
462 manhã. Isso não impede, já posso deixar o encaminhamento em qual comissão eu posso
463 participar, daí justificando que na parte da tarde não poderei estar no conselho..**JUANITA** –
464 sociedade civil, vocês quem mandam. Eu faço o que vocês entenderem. **MARCOS:** - Eu já
465 deixo encaminhado qual comissão eu posso participar. **JÚLIO** – porque a parte da tarde e não a
466 parte da manhã?**JUANITA:** – vocês querem fazer agora, antes de entrarmos na pauta. Tudo
467 bem! Então Governo vai se retirar e ficamos ausentes 15 minutos e vocês fazem os
468 encaminhamentos necessários. (falas ao fundo). **JUANITA:** vamos lá Sérgio.**SÉRGIO:** – vamos
469 lá, Vice-Presidente Sérgio Sampaio; Segundo Secretário Júlio; Comissão de Normas Volney e
470 Comissão de Apoio Ronaldo Coordenadores da comissão de normas e da comissão de apoio.
471 Participantes da comissão de normas, Marcos e Rodrigo, da comissão de orçamento e
472 financiamento, Sérgio e Julio, da comissão de política Geisiane e Adriane, da comissão de apoio
473 William. Comissão Ética, William e Rodrigo e agora as representações dos conselheiros nas
474 representações específicas, CIB e CONGEMAS, Sérgio, no grupo inter-gestores do Bolsa
475 Família, Geisiane, Grupo coordenador da FEM, Ronaldo e Volney. como suplente FECTIPA
476 Marcos e Julio como suplente, do comitê Gestor Estadual para Criança e Adolescente do Semi-
477 árido Mineiro, Geisiane, Grupo de monitoramento para acompanhar a execução do plano de
478 adequação da SEDESE referente ao PAS Candonga, Volney e William e Grupo de trabalho
479 criado para tratar do plano Estadual de proteção e promoção em defesa do direito da criança e
480 do adolescente a convivência familiar e comunitária do Estado de Minas Gerais, Rodrigo e
481 Adriane como suplente. **JUANITA** - Muito bem senhores, agora já estão compostas as nossas
482 comissões. Meu Vice-Presidente assuma sua cadeira novamente. O Júlio passa a compor esta
483 parte. Bom! Agora com as comissões completas o grupo de trabalho, a comissão de ética
484 também e a mesa diretora a partir do próximo mês, reiniciamos os trabalhos na normalidade que
485 esse CEAS trabalha entendendo que a reunião de comissão agora passa a ser também agenda
486 dos conselheiros, então os conselheiros a reunião de comissão é sempre na quinta feira e a
487 plenária na sexta, fazemos isso também para facilitar a vinda do conselheiro do interior em dois
488 dias, reunindo comissão e plenária na terceira quinta e terceira sexta de cada mês, para vocês
489 se comprometerem a agenda e os que tem assento na mesa diretora reunimos também sempre
490 na quinta-feira, na parte da manhã. Bom! retornando ao trabalho, nós vamos apresentar aos
491 senhores conselheiros a prestação de contas da assistência social referente aos meses julho,
492 agosto e setembro, essa prestação de contas vem formalmente para o CEAS que encaminha
493 para o e-mail dos conselheiros, os conselheiros tem um prazo para levantar questionamentos,
494 perguntas, o conselho redireciona os questionamentos para o órgão gestor e isso é trabalhado
495 para pela comissão. Como não tivemos a comissão, isso está sendo diretamente aqui. A
496 prestação de contas como é uma das principais responsabilidades deste CEAS, na época da
497 prestação de contas do órgão gestor, o CEAS delibera que todas as comissões se reúnem juntas
498 para verem a prestação de contas, para depois a comissão de orçamento fazer a leitura e na
499 interpretação para depois trazer para a plenária, mesmo encaminhando por meio digital é feita
500 uma apresentação conjunto para todas as comissões e para que o órgão gestor faça todos os
501 esclarecimentos necessários, depois vai para a comissão e vem para a plenária, este mês está
502 sendo atípico por conta da situação que eu já falei. A Isabela vai fazer a apresentação ela é
503 superintendente de monitoramento da SEDESE para fazer a apresentação da prestação de
504 contas, esta especificamente antes da Isabela chegar, eu já vou registrar para os senhores,
505 como eu já falei por conta do decreto do governador, estamos com dificuldades para liberação
506 de recursos pelo Estado. Nós conseguimos manter a nossa meta na ação de co-financiamento
507 da rede histórica da básica da especial, mas o piso não está. Eu já vou registrar isso antes da
508 Isabela pegar para não ter nenhum problema. É claro que os conselheiros novos quando
509 receberam a prestação de contas não conseguiu identificar isso, mas os conselheiros que já
510 estão com certeza já observou. Nós não conseguimos cumprir o planejado com a meta do piso
511 mineiro. Rede histórica básica e especial estão em dia, mas o piso não. Eu só gostaria de
512 registrar isso aqui porque os conselheiros antigos já sabem que estamos com o Decreto do
513 Governo que faz alguns impeditivos para a assistência. Até setembro estávamos conseguindo
514 manter e agora com certa dificuldade e gostaria de registrar e ficar gravado para que vocês
515 tenham conhecimento. Isabela por favor! **ISABELA:**-Bom dia, não vou repetir, mas ao longo da
516 apresentação vou fazer algumas colocações em cima da fala da Juanita, onde foram as maiores
517 colocações, tendo em vista este cenário de restrição financeira que estamos vivendo no Estado.
518 A prestação de contas é trimestral, hoje novembro nós estamos a apresentação referente as
519 execuções de Julho, Agosto e Setembro. Esta sendo na plenária de novembro de acordo com
520 um calendário organizado pelo CEAS, dá sempre um tempo de um mês para organizar as

521 informações e trazer para a plenária subsequente. Vou explicar um pouco mais detalhado para
522 os que chegaram agora. Orçamento do Fundo Estadual de Assistência Social é executado
523 dentro do FEAS, e o orçamento começa composto por 6 ações orçamentárias. Essa não é uma
524 ação é a prestação do IGDSUAS e do IGD Bolsa Família. IGDE que o Estado recebe, a primeira
525 ação é de qualificação de recursos humanos, onde estão alocados os recursos para ações de
526 trabalho e capacitações que a SUBAS realiza. Uma ação que delimita o orçamento disponível
527 para o conselho, voltado para todas as atividades de operacionalização do conselho. Uma ação
528 que é voltada para co-financiamento dos benefícios de proteção social básica e essa ação vou
529 mostrar são serviços serie histórica, que são serviços anteriores ao SUAS. Anteriores a 2005,
530 que já eram co-financiado para o Estado, que está pouco a pouco reordenando. Temos a meta
531 do co-financiamento. E também o serviço de proteção social especial, dentro dessa ação temos
532 o serviços de proteção direta, os convênios que realizamos com entidades do Estado, o CREAS
533 regionalizado e também o serviço de proteção especial da serie histórico. Serviços anteriores ao
534 SUAS que o Estado co-financiava. A outra ação é do piso mineiro de assistência social, e a ação
535 de gestão e monitoramento e avaliação do SUAS. Primeira ação trazemos sempre um recorte,
536 não sei se todos tiveram oportunidade de ver o documento, que aprofunda e detalha um pouco
537 mais os números. Estou trazendo um resumo do mesmo para facilitar e não gastar tempo aqui.
538 Podemos receber o recursos que estava previsto pela Lei orçamentária anual, separados pela
539 fonte 10 de tesouro Estadual e fonte 56 são recursos transferidos do fundo nacional para o fundo
540 estadual. Nessa ação de qualificação inicial, prevista na LOA com credito inicial no exercício de
541 2013 R\$29.000,00 de fonte 10 e R\$900.000,00 de fonte 56. Trouxe para destacar já tínhamos
542 trazido essa notícia em reuniões anteriores. Tivemos uma publicação de decreto de
543 suplementação na fonte 56 que a diferença que está sendo vista ali de R\$900.000,00 para
544 R\$2.200.000,00 é uma suplementação solicitada à SEPLAG do nosso orçamento que foi dos
545 recursos do Capacita SUAS. Esses recursos não estavam previsto no orçamento inicialmente,
546 pois chegaram no final de 2012 e não houve tempo de inserir na LOA. Nós suplementamos,
547 porque a nossa intenção era da o Capacita SUAS em 2013. Outra questão que o CEAS nos
548 questionou. O Capacita SUAS está em processo de construção do termo de referência para
549 iniciar o processo de contratação das instituições de ensino superior e de serviços
550 complementares, hospedagem, coffebreak, local para capacitação. Está sendo muito difícil de
551 construir, já tem um ano que a SUBAS está se debruçando sobre isso muitas idas e vindas,
552 muitas reuniões com a superintendência de finanças e planejamento, de diretoria do setor de
553 compras interno, porque o processo ele é muito grande, a capacitação vai abarcar quase 3000
554 alunos em todo o Estado em dois cursos, e está sendo muito complicado fechar mesmo este
555 termo, por conta da especificidade da capacitação, uma capacitação que nunca havia sido feita
556 antes pelo Estado então tem algumas questões, algumas regras que ainda necessita de ajustes.
557 O termo agora está pronto porém não foi publicado. Mas a nossa previsão é que seja publicado
558 o da instituição de ensino superior até a semana que vem porque já está pronto encaminhamos
559 o processo para a SPGF, e não haverá nenhuma alteração. Mas como já estamos em novembro
560 as aulas não poderão ser iniciadas no ano de 2013 as aulas vão iniciar em janeiro dando o
561 processo por meio de pregão que correndo tudo certo inicia-se em janeiro, se tiver alguma
562 questão do processo licitatório, que foge do nosso controle, pode ser que atrase um pouco esse
563 calendário, mas agora finalmente sai o Capacita Suas. Então essa suplementação foi para isso,
564 infelizmente vamos fechar o ano sem executar esse recurso todo que agente suplementou.As
565 despesas empenhada e liquidada aqui, sem R\$390.000,00 na fonte 10, que é esse quadrinho. E
566 de R\$485.000,00 na fonte 56 e liquidada de R\$246.000,00 foram os liquidados no terceiro
567 semestre, então não é o somatório dos três é so o que foi feito nos três meses. Aqui temos uma
568 descrição, na fonte 10 esse recurso foi utilizado com despesas de viagens da equipe da SUBAS
569 para participar de reuniões e capacitações, e na fonte 56 foi despesas com viagens o pagamento
570 do curso telepresencial, que não sei se todos conhecem, devem conhecer, pagamento de lanche
571 das capacitações e pronto pagamento para comprar materiais necessários para SUBAS de
572 escritório. Tínhamos um saldo no trimestre anterior de R\$1.000.000,00 somando com a nossa
573 suplementação de R\$893.000,00 estamos fechando em R\$1.407.000,00 de saldo nessa ação.
574 Se vocês quiserem que perguntar alguma coisa, fiquem a vontade. Nossa execução física, pra
575 todas as nossas metas financeiras, que o orçamento que tínhamos previsto para gastar naquele
576 espaço de tempo, nós temos uma meta física correspondente então seria que produto que
577 entrega estamos fazendo com esse recursos que está representado no nosso orçamento. A
578 nossa meta prevista no PPAG que é monitorada pela SEPLAG é de capacitar 10.000 pessoas no
579 ano de 2013. No primeiro trimestre a gente capacitou 1049, no segundo 6198 e no terceiro 6187,
580 depois eu vou detalhar mais quais foram as capacitações realizadas no terceiro
581 trimestre, totalizando 13.500 pessoas capacitadas já superamos a nossa meta. Esse é um
582 comparativo, para ver como ela vem evoluindo, a execução financeira , ela aumentou bastante
583 nesse terceiro trimestre e estamos fechando com um acumulado de execução nessa ação de
584 R\$890.000,00 até setembro e na despesa empenhada e R\$642.000,00 na despesa liquidada, dá
585 mais ou menos 40% do orçamento. Detalhando um pouco mais o que que foram essas 6000

586 pessoas capacitadas. Foram às participações nos cursos telepresenciais, nesse período
587 aconteceu mais 4 aulas. O curso já encerrou foi em outubro, mas aula de encerramento e
588 maiores informações do telepresencial a gente traz para vocês na próxima prestação de Contas,
589 a gente pode trazer a composição, quem participou, quantos eram conselheiros, gestores, rede,
590 qual que foi a avaliação que os alunos fizeram do curso telepresencial em 2013, trazemos na
591 próxima ,para vocês porque está encerrando na próxima prestação de contas. Um destaque para
592 uma capacitação realizada em setembro do programa Bolsa Família Bolsa Família, foi de caráter
593 intersetorial, foi voltado para a gestão municipal do Bolsa mas abrangeu tanto o pessoal da
594 saúde, da educação quanto da assistência social, foi uma capacitação que a gente teve um
595 público muito bacana de 2200 pessoas, ela aconteceu aqui em BH, Volney até participou e teve
596 uma avaliação positiva pelos alunos. Nós encerramos no período as oficinas de gestão
597 orçamentária e financeira do SUAS, nesse período foram feitas mais duas, totalizando com
598 oficina para 189 municípios no Estado com a participação de 427 pessoas. E por fim a
599 participação nas conferências municipais e nas pré-conferências regionais. Nós conseguimos a
600 participação da SUBAS em 9 conferências municipais e nas pré-regionais a SUBAS participou
601 de todas. Passando para as ações do CEAS vou falar da parte orçamentária e vou pedir para a
602 Consolação falar um pouco dos resultados Na ação do CEAS temos previsto um orçamento total
603 de R\$659.000,00. Tivemos também uma suplementação que foi feita na fonte 56 para cobrir os
604 custos da conferência estadual. Então aumentou, dando um salto no orçamento por conta disso.
605 No trimestre tivemos a despesa empenhada R\$719.000,00, que foi para conferência e liquidada
606 R\$35.000,00 em setembro, o restante será liquidado em outubro, fechando o trimestre com um
607 saldo de R\$595.000,00 na ação do CEAS. Detalhando um pouco mais as despesas da fonte 10,
608 foi despesas com viagem, material para conferência, coisas do dia a dia do CEAS. Na fonte 29
609 que é um recurso que vem que é recolhido dos empreendimentos hidrelétricos instalados no
610 Estado, esses empreendimentos recolhem uma taxa e essa taxa vem uma parte dos recursos do
611 CEAS para poder ser utilizado nas atividades, foi utilizado para pagamento de diárias dos
612 conselheiros e para pagamento do processo de Candonga que a Juanita falou mais cedo. E na
613 fonte 56 foram despesas com viagens, transcrição de fitas e conferência. **JUANITA** – Isabela só
614 um minutinho, Ronaldo o microfone por favor. **RONALDO** – eu não consigo entender até através
615 da terceira lamina que está sendo apresentado o último trimestre e na verdade aí se tem o
616 crédito inicial, como exemplo a fonte 56 que é o fundo nacional, eu entendo que houve uma
617 suplementação, quando o crédito é autorizado da R\$120000,00. Então tem uma despesa
618 empenhada, eu só não conseguir entender, o saldo do trimestre anterior ser R\$1.200.000,00 e
619 se a prestação de contas é do último trimestre, porque ele vem de R\$1.200.000,00 para
620 R\$481.000,00 o atual. **ISABELA** – Ronaldo, provavelmente foi um erro na hora de transcrever o
621 valor, porque deixa eu só fazer a conta para ver se vai bater . menos a despesa empenhada do
622 trimestre passado. Quando passar para o quadro dos três trimestres vai ficar mais
623 claro. **CLAUDIA:** –na verdade o saldo do trimestre anterior nós colocamos ele, mesmo sabendo
624 que ele apareceu agora, porque se não eu não conseguiria demonstrar o saldo orçamentário
625 atual. Se eu não colocasse R\$1.200.000,00 ali, eu não conseguiria mostrar para vocês os
626 R\$481.000,00, por isso que ele tá lá o saldo do trimestre anterior, o que tinha no último trimestre
627 menos o que foi empenhado até agora. **ISABELA** – O que tinha empenhado no trimestre
628 anterior. No trimestre anterior da fonte 56, tinha sido empenhado pouquinho, então deve ser
629 R\$9000,00, mas vamos ver na próxima. **CLAUDIA** – eu não reconheço suplementação sem
630 saldo. (falas ao fundo). **ISABELA** –menos o que tinha empenhado antes, uma despesa pequena
631 mesmo é só para comparar e termos uma noção do trimestre anterior pro atual, se a execução
632 foi grande ou não. Ali teve que somar o... com a suplementação senão ia ficar sem sentido a
633 conta, acho que deve ser R\$9000,00, vamos ver no terceiro para poder comparar a despesa. Aí
634 é o comparativo, por aqui vamos conseguir ver, não está separado por fonte não mas você pode
635 ver que a execução foi bem menor nos trimestres anteriores então, provavelmente de fonte 56
636 deve ter sido apenas R\$9000,00, aí teria que pegar a prestação anterior por isso que esse saldo
637 fica parecendo muito grande, mas está somando com suplementação. Aí é uma execução total
638 de R\$838.000,00, que dá mais ou menos 60% de despesa empenhada. R\$153.000,00 de
639 liquidada. Destacando os resultados. Consolação quer destacar alguma coisa? São as reuniões
640 do conselho, reuniões das comissões temáticas, teve uma reunião com presidente das
641 URCMAS, as visitas técnicas, conferências municipais e conferências regionais. Passando para
642 proteção social básica, nós tivemos uma execução do período de R\$747.000,00 de despesas
643 empenhadas e liquidadas que foram para pagamentos dos serviços da série histórica. Então são
644 co-financiados 46 municípios para serviços de convivência para idoso e 53 municípios com
645 serviços de convivência para crianças de 0 a 15 anos. Tem previsto para essa ação orçamento
646 R\$3.889.000,00 e o saldo que a gente tem hoje é de R\$1.859.000,00, então já teve uma
647 execução maior, bacana proporcional para o trimestre. São as metas para as ações são as
648 unidades que a gente co-financia, e aí são as 99 unidades que totalizam a proteção social
649 básica. Então o demonstrativo comparando os três trimestres, temos um acumulado de 60% da
650 execução do orçamento nessa ação da proteção social básica que significa R\$2.200.000,00. Um

651 pouco dos resultados das ações, sendo principalmente as realizadas pela diretoria de proteção
652 social básica, que é a área finalística dentro da SUBAS e tem a função de assessorar e apoiar
653 tecnicamente os municípios, dando orientação e acompanhamento das expansões, termos de
654 aceite , ajudando os municípios em qualquer dificuldade ou qualquer irregularidade que seja
655 identificada na implantação dos serviços. Eles fazem o acompanhamento do IDECRAS, os
656 indicadores dos serviços da básica e das expansões para auxiliar os municípios em alguma
657 irregularidade. Informação das expansões. Essa é da equipe volante de 2011, e mostra quantos
658 municípios em Minas Gerais eram elegíveis, quantos aderiram, quantos não aderiram, a
659 expansão é clara para todos? E quantos já demonstraram e dos que não demonstraram a
660 implantação do serviço, da equipe volante, ele é monitorado de perto pela diretoria e pode ser
661 gerado um plano de providência ou pode ser desencadeado alguma outra ação de apoio ou de
662 incentivo para que o gestor consiga alterar a situação e superar as dificuldades. Aqui ´uma
663 análise para entender que a maioria das pendências dos municípios, ela estão relacionadas à
664 insuficiência de recursos humanos, ou seja a equipe volante não está completa e a dificuldades
665 com relação a lei de responsabilidade fiscal ou TAC que são firmados com MP, pela questão de
666 ter alcançado os limites e não poderem contratar mais gente e aí fica difícil para superar essa
667 situação. Um comparativo tínhamos irregular no trimestre anterior 65 municípios, hoje já passou
668 para 72 e tivemos um resultado positivo nesse acompanhamento, sendo somente para
669 exemplificar. Essa informação não está em todos, eu coloquei só nos primeiros para entenderem
670 um pouco qual a lógica. Todos os trimestres a gente apresenta o resultado dessas expansões, o
671 acompanhamento do Plano de providencias, no documento da prestação de contas tem o nome
672 de todos os municípios e pode consultar lá e pode subsidiar o CEAS também para fazer alguma
673 ação de apoio ou de intervenção que vocês julgarem necessário. São as expansões da equipe
674 volante em 2012, tínhamos 32 elegíveis e os 32 aderiram, 24 demonstraram e tem um numero
675 em situação irregular e numero de municípios pendentes. Não vou ficar detalhando mais, porque
676 fica cansativo, tem as outras expansões que os municípios ainda possuem alguma pendência
677 no Estado, prestamos contas do que é grosso, junto com orientação técnica, de apoio que a
678 diretoria faz, sendo o grosso do trabalho que realizamos. É um trabalho com efeito bacana,
679 desde o ano passado, a assistência tem trabalhado muito a questão do IDECRAS e tivemos uma
680 melhora muito grande no Estado do IDECRAS de 2011 para o IDECRAS de 2012, então! Claro
681 que tem todo o esforço do município, mas consideramos que a indução e provocação da SUBAS
682 e do apoio tem sido bacana. São convênios que temos e eram voltados para investir recursos na
683 construção de CRAS na época, acompanhamento que é feito dos convênios, em 2011 e temos
684 municípios pendentes árdios com os prefeitos e gestores para conseguir executar e terminar de
685 executar as obras e ai vamos para a proteção social especial que temos um orçamento previsto
686 de R\$14.639.000,00, a maior parte é de fonte 71, esqueci de explicar a fonte 71, ela vem do
687 fundo de erradicação da miséria, sendo criado ano passado, puxado pela articulação da
688 assembléia legislativa, e da comissão de assuntos populares e assessoria do deputado André
689 Quintão e é uma fonte de recursos que taxas de bebida alcoólica, cigarro, este tipo de produto
690 no Estado e esta taxa nova os recursos são voltados para políticas públicas que combatem a
691 miséria. Uma parte destes recursos é destinado para a política de assistência social, que hoje é
692 grande parte do nosso orçamento. Tem o tesouro do Estado que tem uma fonte que é destinado
693 à assistência social, nós temos o 371, que são os 13.700.000,00, que é a maior parte do recurso
694 está previsto nesta ação. Estes que são os recursos que são transferidos da serie histórica e
695 execução direta, que vou falar mais para frente. Nós executamos 3.162.000,00 de liquidado e
696 empenhado, bem próximo, fechando com o saldo de R\$6.700.000,00, a despesa, o co-
697 financiamento para vocês conhecerem os serviços que financiamos, o acolhimento institucional
698 de casa lar, acolhimento família acolhedora, sendo transferido o recurso para o município e ele
699 pode transferir direito para a entidade. O programa Mocatú, serviço de proteção e atenção ao
700 migrante, atenção ao idoso, acolhimento de casa de passagem, serviço de abordagem da
701 assistência social e os CREAS regionalizados que são com recursos do governo federal, e as
702 casas lares uma parte é executado pelas prefeituras e 33 são execução direta do Estado,
703 fazemos convenio direto com as APAES. Um comparativo, nossa meta vem a execução
704 tranqüila, no primeiro trimestre foi menor por conta do orçamento que não estava aberto ainda,
705 não foi possível transferir os recursos para todas as unidades, hoje já está compensado,
706 pagando os atrasados. A despesas é de R\$3.000.000,00, totalizando 60% do orçamento
707 executado que é mais ou menos o previsto para o período. Da mesma forma que a equipe da
708 proteção social básica, a equipe da especial, presta assessoramento e acompanhamento, sendo
709 o monitoramento por meio do governo federal, pelos planos de previdência e outros tipos de
710 apoio técnico e outro para demonstrar qual a situação das expansões no Estado. Um pouco dos
711 outros acompanhamentos que foram feitos, tivemos o aceite da residência inclusiva da expansão
712 e do reordenamento deste serviço em três municípios que a diretoria tem feito, acompanhamento
713 desta expansão, adesão ao PÉT, programa BPC na escola, onde informamos todo semestre
714 quantos municípios do Estado que já realizaram a adesão o acompanhamento da execução
715 direta das casas lares e do acolhimento institucional direto do Estado que são convênios que

716 celebramos também. Da Especial. Um cenário não muito bom, que a Joanita havia dito para
717 você, infelizmente é ruim mostrar para vocês principalmente na primeira plenária uma execução
718 que não é a que gostaríamos também, mas tendo em vista o cenário de restrição do Estado, foi
719 o que foi possível. Nós executamos R\$10.000,00 nesses três meses, mas temos feito uma
720 gestão para correr atrás e no próximo trimestre apresentar que conseguimos superar e cobrir o
721 buraco que ficou aí. Então nosso saldo quase não mudou, nós temos previstos R\$48.000.000,00
722 para repasse do piso mineiro, foram executados R\$24.000.000,00 e ainda tem R\$24.000.000,00
723 para serem executados. Então nossa meta é apoiar os 853 municípios com repasse do piso
724 mineiro, todos meses. No mês de julho nós transferimos para um município no mês de agosto,
725 para nenhum no mês de setembro, para nenhum no mês de outubro. O total continua 853,
726 porque a meta é cumulativa, para efeitos de acumulação para a taxa de execução. Do
727 monitoramento que é feito no Estado e não batemos a meta ainda. O comparativo do piso, nós
728 vínhamos executando normalmente, o primeiro trimestre é sempre menor por conta do
729 orçamento, dos planos de serviços que ainda não estavam finalizados e foram executados
730 R\$2.000.000,00, no segundo R\$21.000.000,00 e no terceiro R\$10.450.000,00, com percentual
731 de 50% do orçamento, que corresponde a 6 parcelas que foram transferidas para os municípios
732 do Estado. Seis parcelas do piso, então é isso! Para a ação de gestão e monitoramento e
733 avaliação no SUAS, nessa ação temos previsto orçamento de R\$190.000,00, nós tivemos uma
734 anulação de R\$25.000,00 que é a diferença de R\$190.000,00 para R\$164.000,00 que foi para
735 repassar para a secretaria de governo, porque temos uma instituição que faz os serviços de
736 manutenção de sistemas que é a PRODEMGE, fizemos a manutenção no sistema de planos de
737 serviços que é dentro do SIGCOM e este recurso foi anulado e suplementado lá para pagar
738 pela prestação de serviços. Vocês entendem? Está tranquilo? Foi executado no trimestre
739 R\$150.000,00, liquidou R\$26.000,00, sobrando um saldo de R\$9.000,00, dentro dessa ação.
740 Nós já empenhamos o orçamento quase todo. Essas despesas foram maioria com viagem,
741 lanche e estagiário. Essa descrição da despesa que fica embaixo é a soma do liquidado, não o
742 empenhado, porque aí a despesa é realizada. É isso que está descrito aqui. **VOLNEY** – só para
743 entender melhor. Essa anulação orçamentária de R\$25.000,00 da fonte 10, isso foi remanejado
744 para a secretaria de governo, esse recurso ele volta depois, ou não? **ISABELA** – Não, ele foi
745 como se fosse pagando, pois a PRODEMGE é tipo uma empresa de sistemas. É uma empresa,
746 Eu não entendo muito bem. **VOLNEY** – agora dentro do orçamento da assistência não existe a
747 previsão orçamentária para sistema para essas coisas. **JOANITA** – existe Volney, é que na
748 verdade o convenio. É um convenio guarda chuva, com a PRODEMGE e a SEGOV, que é a
749 secretaria responsável pela manutenção do SIGCOM, o plano de serviço está dentro do
750 SIGCOM, então quando vamos demandar uma atualização de serviço para a PRODEMGE, a
751 passagem é via SEGOV, porque os contatos do SIGCOM é com a PRODEMGE e SEGOV, nós
752 demandamos para o SIGCOM, e enviamos o recurso para a SEGOV para ela repassar para a
753 **PRODEMGE, mas o recurso sai da assistência. Foi atualizado o plano de serviço com a**
754 **PRODEMGE** por meio da SEGOV, mas com o recurso da assistência. **ISABELA** – Ele cumpriu a
755 finalidade da assistência, entende? Porque quem empenha e liquida é a SEGOV, porque o
756 contrato é dela. **JOANITA** – nós nos utilizamos de um contrato existente para não fazer um
757 contrato, porque iria demorar, fizemos um acordo com a secretaria de governo e autorizaram a
758 PRODEMGE a fazer, utilizaram o recurso e a SEGOV passou. **VOLNEY** – mas este orçamento
759 saiu agora para qual despesa. **JOANITA** – gestão monitoramento e avaliação do SUAS, dentro
760 do FEAS, e era para essa ação específica. **VOLNEY** – eu só queria convidar aos novos
761 conselheiros para ficarmos bem atentos nessa apresentação orçamentária, porque nós é que
762 aprovaremos esses orçamentos para que fiquemos bem atentos a esses orçamentos, para que
763 quando formos aprovar, façamos isso com uma certa consciência. Porque é uma grande
764 responsabilidade nossa, estou chamando a atenção para este detalhe. **ISABELA** – quero reforçar
765 para vocês ficarem bastante a vontade. As vezes alguns termos que já estamos habituados ou
766 qualquer coisa, se. **JOANITA** – nem só isso é de extrema importância, mas tudo que votamos
767 aqui. Vou lembrando que isso foi por e-mail de cada um, para ser feita a leitura e proposta e
768 perguntas, questionamentos e na verdade esse documento vem formalmente assinado por mim,
769 então se tiver algum erro descrito, a responsabilidade é da Joanita Gestora, que encaminhou
770 para cá e com relação ao controle social, vai analisar e deliberar isso que está sendo
771 encaminhado para cá. A veracidade dessas informações de serem encaminhadas para cá, é da
772 gestora Joanita. **RONALDO** – Na verdade eu até compreendo a indagação do conselheiro
773 Volney, no sentido de que, até me preocupa por está chegando agora. Uma vez que já foi
774 entendido que anulação orçamentária, ela foi necessária e ela estaria figurando como um
775 despesa do Fundo Estadual de Assistência Social, seria o pagamento de despesas do serviço
776 executado pelo sistema. Mas me chama a atenção, quando ele me indaga, que isso já teria que
777 está previsto na despesa do Fundo Estadual de Assistência Social, até poderia ser chamado de
778 anulação orçamentária, ela não deixa de ser uma despesa do Fundo Estadual, gostaria de
779 chamar uma outra atenção, pois foi colocado sobre a responsabilidade fiscal, alguns avanços
780 pelos municípios, não ocorreram com relação a questões de TACs e de responsabilidade fiscal,

781 gostaria de saber, qual é o encaminhamento do conselho para esses municípios uma vez que a
782 gente sabe que a NOB SUAS ela trás, obrigatoriedade de seleção, que sejam concursados o
783 pessoal de equipamentos públicos, o que o conselho Estadual tem e pode fazer para apoio a
784 este municípios, uma vez que eles irão avançar e vão continuar precarizando a mão de obra, e
785 perdendo a continuidade prevista na LOA. **JOANITA** - na verdade Ronaldo, o que o CEAS tem
786 que fazer, não é nem que pode! Nossa obrigação fazer para apoiar os municípios municipais, a
787 nossa função é apoiar os conselhos municipais de assistência, para que eles dêem conta de
788 fazer a fiscalização no município e fazer o apoio no município. Então, que esse CEAS, que a
789 comissão de apoio tem muito esse papel, de apoiar os conselhos municipais de assistência,
790 nesse processo de fiscalização, porque como isso está acontecendo no Estado, acontece
791 também no município, o gestor presta contas ao conselho municipal, então nessa hora que o
792 conselho tem que ter as mesmas indagações que vocês estão tendo para a minha pessoa. Há!
793 mais anulou aqui e foi pra lá, porque foi feito isso e não foi feito aquilo. Porque o gestor tem que
794 ter justificativa, agora tem alguns dificultadores no SUAS principalmente com relação ao RH, que
795 vamos demorar a avançar, principalmente a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque
796 as outras políticas nasceram antes do SUAS nesse modelo organizativo que nós temos hoje.
797 Então as outras políticas já chegaram no nível de organização que a assistência está
798 caminhamento no município. Então a Saúde já tem o numero de profissionais concursados, você
799 abre concurso a assistência libera só uma vaga. E isso impacta no resultado positivo, para
800 prestação de serviço. Entendo que esse processo que vivemos e nosso trabalho, talvez não
801 consiga ver o resultado em um ano ou dois anos, mas é um processo. E esse trabalho de apoiar
802 os conselho é para municípios para essa fiscalização mesmo. **ISABELA** – vou só responder a
803 pergunta pontual. A despesa estava prevista, essa pratica de anular para suplementar em outra
804 secretaria, existe no Estado, é comum, porque não podemos transferir dinheiro para SEGOV,
805 não existe isso. Então a maneira que fazemos a transferência é por anulação e suplementação,
806 no Estado e no município. Quando planejamos 190.000,00 já estávamos contando que teríamos
807 este gasto com adequação de serviços, sendo garantido esse dinheiro para nós. Não deixamos
808 este dinheiro para SEGOV, na LOA o dinheiro era nosso e foi guardado para pagar o plano de
809 serviço, só que o contrato está lá, a forma que existe é fazer a anulação no nosso e suplementar
810 no deles, só que sem duvida esse dinheiro inclusive por controle da própria PRODEMGE que é a
811 empresa, foi destinado para a PRODEMGE para pagar nosso plano de serviço. A própria
812 PRODEMGE tem esse cuidado, ela é uma empresa e quer receber. **SÉRGIO** – só para
813 complementar no sentido de que, me chamou mais atenção, o Volney já está aqui a algum
814 tempo e não é o primeiro ano da administração Estadual, mesmo que fosse estaria previsto no
815 PPA, daria continuidade nesse orçamento, isso ele ter indagado, não está previsto independente
816 da forma do respasse mas não aparecer no PPA e na prestação de contas do plano plurianual
817 essas despesas a serem repassadas de uma forma ou de outra para outras secretarias.
818 **SÉRGIO** – eu só queria entender que é apenas uma apresentação e isso vai para a comissão de
819 orçamento para ser analisado e vir para aprovação, é isso? Não tem reunião de comissão
820 agora. A pergunta é, essa prestação de contas do terceiro semestre, vai ser aprovado hoje ou na
821 próxima reunião da comissão, vai ser analisada pela comissão e trazer para cá. **JOANITA** – bom
822 Sérgio, a minha função de gestora é encaminhar para o CEAS, porque eu tenho uma normativa
823 a seguir, agora esse CEAS é quem vai deliberar se vai aprovar agora ou quando que vai
824 aprovar, é esse CEAS que tem que deliberar. **SÉRGIO** – a minha proposta é justamente,
825 entendendo que... primeiro, que quando vai para a comissão a gente faz uma avaliação mais
826 detalhada, inclusive para ajudar a secretaria. O que mais preocupa é por exemplo a questão do
827 piso mineiro, a execução dele é muito baixa, e isso na verdade, é um comprometimento, os
828 municípios estão todos comprometidos com essa coisa do piso Mineiro. Então, o Estado não
829 repassar e eu entendo que isso dentro do governo é uma briga política com a SEPLAG de
830 liberação de recursos. Eu entendo que uma deliberação de uma comissão de orçamento do
831 conselho, reforçando ajuda vocês até nessa briga interna lá dentro por recursos. Você tem o piso
832 mineiro que é um comprometimento do Estado, de repasse para os municípios. A reunião de
833 comissão pode pontuar algumas coisas que ajuda vocês na briga interna por liberação de
834 recursos. Olha! O conselho está sinalizando que houve uma execução que não está bom! Que
835 houve uma execução pequena do piso Mineiro porque nós sabemos que os recursos são
836 escassos, e é uma questão de priorização da secretaria de planejamento, que é uma briga entre
837 as secretarias. Quando o conselho pontua alguma coisa no orçamento, é um instrumento que
838 vocês tem com vocês para pontuar e dizer que está tendo um problema com o conselho, porque
839 o conselho está aqui, sinalizando que essa execução está baixa. É importante, infelizmente eu
840 tenho um compromisso, mas eu volto e deixo aqui minha sugestão para que essa plenária
841 analise que isso fosse para a comissão de orçamento no próximo mês para que de fato seja feito
842 pontuações e trazermos questões pontuais e ajudar a secretaria internamente na briga com o
843 governo. **JOANITA** – Andréia o Julio! **JÚLIO** – só reforçando o que o Sérgio já comentou,
844 considerando a complexidade que é o orçamento, considerando os conselheiros que tomaram
845 posse hoje, proponho que passe pela comissão o que é de praxe, o que sempre aconteceu.

846 Passe primeiro pela comissão.**ANDREIA** – Bom! A minha colocação é a seguinte, a
847 apresentação está muito transparente e está clara, a colocação que o Sérgio fez que sai um
848 ofício para contribuir para que o recurso financeiro saia para pagar o piso, é outra coisa, porque
849 o que está aqui é o que já foi executado, nada vai adiantar, Então está transparente, de forma
850 didática com o que já foi executado, então cabe a essa plenária, votarmos as metas físicas e
851 financeiras e os principais resultados desse semestre, eu não vejo empecilho acho que ela está
852 claro e nada vem além e a agregar, como a sugestão que o Vice-Presidente deu, deste CEAS
853 encaminhar um ofício solicitando que os recursos sejam liberados para a assistência social, esta
854 é que é a minha colocação.**MARCOS** – Andréia, eu acho que está transparente o processo todo,
855 mas temos que levar em consideração que nós temos hoje vários conselheiros que são novos
856 nesse processo, e as vezes nós que já somos conselheiros, às vezes olhamos e tem algumas
857 coisas que nos deixa em duvida, achamos meio complexo. Na fala que o Julio trouxe e é
858 interessante, até porque existe a comissão de orçamento e esse é um ponto fundamental que a
859 comissão de orçamento deve discutir e debater, acho que nesse sentido, eu quero concordar
860 que o Volney, mesmo o Sérgio trouxe da importância hoje da comissão de normas discutir isso.
861 Eu entendo que na próxima reunião da comissão discute e debate isso, e traz normalmente para
862 a plenária fazer a aprovação.**ANÁLIA** – Bom! Primeiro na condição de representante dos 853
863 municípios, eu já tinha passado o e-mail que eu li toda a prestação de contas e colocar essa
864 condição que ficamos muito desconfortável com os repasses que todo ano temos trabalhado
865 isso, conversando com o Estado, o quant que prejudica o município os repasses atrasados. Nós
866 recebemos 6 parcelas, temos 4 em atrasos, no início do ano conversamos e a subsecretária
867 colocou que tinha uma dificuldade junto à SEPLAG, no preenchimento dos planos de serviços e
868 ficou registrado em ata que os planos em 2014 serão abertos, no início do ano, que essa
869 questão de abertura dos planos será solucionada, mas continua um outro impasse, com relação
870 a prestação de contas, enquanto gestora, eu apresento prestação de contas para o meu
871 conselho, essa prestação de contas não sofrerá nenhuma mudança, indo para a comissão, não
872 indo ela não sofrera, então é a aprovação eu não vejo dificuldade nenhuma, estou tranqüila para
873 aprovar, agora levar para a comissão para uma análise maior para sugestões e para nova forma
874 de operacionalização contribuição, ai eu acho bacana! **VOLNEY** – Anália, eu não questiono a
875 questão da transparência, ela está tamanha, que vocês informam na verdade um investimento
876 de R\$10.000,00 reais para um estado que tem 853 municípios, eu me sinto envergonhado,
877 sendo muito honesto, o que é R\$10.000,00 para 853 municípios. Agora acho que cabe ao
878 conselheiro, ele é dono do seu próprio voto e ele pode se sentir muito a vontade de quando nós
879 formos votar se ele aprova ou não. Ele tem essa deliberação, acho muito importante nessa
880 primeira plenária, que os conselheiros novos possam votar de uma forma muito confortável, o
881 que eles estão votando, se for para uma deliberação do plenária, cabe a consciência, o plenário
882 é soberano para isso. Agora.**JOANITA** – nós nem terminamos a apresentação da prestação de
883 contas e a gente ta decidindo se vai votar aqui ou não. A minha sugestão, ainda temos Andréia e
884 Rodrigo inscritos. E o Julio! Eu estou sem colaborador, e então é! Então a minha proposta é que
885 terminamos a apresentação da prestação de contas e depois esse plenário decide, com relação
886 ao gestor, para nós não há nenhum problema, porque a Anália falou praticamente tudo, nós não
887 temos como mudar esses números, eu não tenho outro papel aqui a não ser apresentar a
888 prestação de contas. E já antecedi antes da abertura da apresentação deste problema que
889 temos. Então não é nenhuma questão de omissão, de problema em mostrar os números, é um
890 problema que o Estado está passando e não vou omitir aqui um problema que o Estado está
891 passando. Agora temos uma questão que o conselho tem um resolução que trimestralmente o
892 gestor tem que apresentar a prestação de contas e trimestralmente esse conselho tem que
893 aprovar, então papel do gestor está sendo colocado. Agora eu vou fazer uma reflexão com os
894 novos conselheiros e com os que já estão também: O que vai mudar em um mês numa reunião
895 de comissão, na análise desta prestação de contas que já foi enviada a 10 dias para vocês, o
896 que vai mudar na análise, pois quem vai a análise é a comissão que não vai conseguir
897 interpretar os dados que está ai, e que não sejam estes, o que vai acontecer são orientações ou
898 moções que este conselho vai fazer ao órgão gestor com relação a isso. Alterar este quadro que
899 está sendo apresentado não vai. Só para fazer um esclarecimento. Então vamos continuar ou
900 voltamos com os conselheiros que ainda estão inscritos? Podemos continuar ou os conselheiros
901 querem falar.**ISABELA** – se quiserem eu posso ser mais breve, eu estou explicando com mais
902 detalhe por conta dos novos. **JOANITA** – podemos terminar a apresentação e depois voltamos
903 com Andréia, Rodrigo, Julio e William? Podemos?**ISABELA** – Essa lamina já falei. Nossa meta,
904 a meta nessa ação de gestão e monitoramento são os municípios habilitados no SUAS no
905 Estado, no mínimo em gestão básica ou plena. Nossa meta é de 838 municípios habilitados.
906 Tivemos uma noticia boa de 4 municípios que mudaram de gestão inicial para básica. Em relação
907 a execução financeira, no início do ano estava bem tímida, aumentou este ano porque a ação de
908 gestão, essa ação orçamentária ela está voltada para despesas que são menores, do cotidiano,
909 ou voltadas para adequação do plano de serviço e a execução estava prevista mais para este
910 momento mesmo. Bom! Totalizando 94% de execução do orçamento. Dos resultados, nesse

911 trimestre tivemos resultado positivo, que foi a mudança de habilitação de 4 dos 15 municípios no
912 Estado que ainda estão em gestão inicial, foi feita uma visita pela diretoria de gestão do SUAS
913 nos 15 municípios, feita uma intervenção e articulação junto ao prefeito para tentar sensibilizar e
914 ver o que é possível, naquele município, foi atingindo este resultado de 4 municípios, com estes
915 11 restantes continua sendo feita articulação mas são municípios que realmente tem uma
916 situação de fragilidade bem maior uma situação...ah!já são 10 ? agora temos mais 1 que passou
917 para básica, então são 10 municípios no estado que estão em gestão inicial. Dos outros
918 resultados, da diretoria, a participação na capacitação, sobre gestão centralizada no SUAS, em
919 Brasília, uma participação na reunião da coordenadoria estadual de proteção e defesa civil, que
920 é o acompanhamento que faz nos momentos de calamidade e tudo principalmente janeiro no
921 início dos anos. A diretoria do SUAS participou da realização da capacitação do programa Bolsa
922 Família e participou das conferências municipais e pré-regionais. São as ações da diretoria de
923 vigilância sócio-assistencial que realizam as ações de monitoramento no Estado, a diretoria
924 responsável por cuidar do SIM, nosso sistema de monitoramento e das informações em geral,
925 então nesse período foi feito envio de senhas do sistema do SIM para os gestores e presidentes
926 de conselhos que é uma ação rotineira, assessoramento no preenchimento no demonstrativo do
927 governo federal, uma das principais ações da diretoria de dá assessoramento, ligar o telefone o
928 tempo todo para prestar esse apoio aos municípios, tanto nos demonstrativos do SIM, quanto
929 nos do governo federal. Elaboração do relatório do SIM de 2012, que está em andamento ainda,
930 elaboração de boletins informativos, envio de e-mails, dando notícia das novidades ou das
931 resoluções e outras orientações que são novas no SUAS e acompanhamento do cenário que
932 temos de preenchimento dos demonstrativos do SIM. O SIM como vocês todos sabem ele tem
933 que ser preenchido mensalmente, ele está previsto na legislação do Estado esta obrigatoriedade
934 do preenchimento do SIM pelo gestor até o dia 20 de cada mês e temos ainda um grande
935 desafio que é ter as informações inseridas a tempo e com qualidade no sistema, temos muitos
936 municípios ... temos 14 municípios que não preencheram, mas não tinham enviado para a
937 programação do conselho e 16 municípios com preenchimento parcial, geralmente abrem e
938 começam a preencher e largam no meio do caminho. Então são quase 300 municípios no
939 Estado, que estão pendentes até setembro, mas é um número que oscila pouco, infelizmente, no
940 preenchimento e prejudica o acompanhamento e o monitoramento no Estado. E o SIM está
941 vinculado também. Passando então para a execução financeira do IGDE, que é do Bolsa
942 Família, tínhamos um saldo de R\$2.000.000,00 no trimestre anterior, este saldo, só para os
943 conselheiros novos saberem que é o saldo que vem acumulando de anos anteriores. E
944 apresentamos uma proposta de reprogramação e foi aprovado pelo CEAS temos um
945 planejamento para utilização e vamos encaminhando para conseguir gastar este dinheiro. No
946 período foi creditado pelo governo federal R\$390.000,00, R\$33.000,00 foi de rendimentos e a
947 despesas realizada foi de R\$129.000,00, foi para o pagamento do curso telepresencial, então
948 tínhamos um saldo em 30 de novembro de R\$2.367.000,00. Um pouco dos resultados dos IGD,
949 o IGD do Estado hoje é 0,84% e é feito um trabalho constante dentro da diretoria da proteção
950 social básica que é de apoio e está localizada a coordenação do programa bolsa família, com
951 ações realizadas nesse período, tivemos a capacitação e uma ação muito forte da coordenação
952 é dá apoio aos municípios, no sentido de melhorar o IGD deles. Ver o que está pendente tinha
953 muitos municípios com pendências nas prestações de contas e a gente já reduziu bastante,
954 tinha 76, no final de setembro estávamos com 18, hoje se não me engano são 10 no Estado. O
955 IGDSUAS tínhamos um saldo de R\$1.300.000,00 e foi creditado de R\$300.000,00 de
956 rendimentos e a despesa realizada de R\$167.000,00 nesse período totalizando um saldo de
957 R\$1483.000,00 a despesa realizada para despesas com viagens, material de escritório, coisas
958 básicas de gestão, pagamento do curso telepresencial, uma parte para a conferência e este
959 depósito que vocês estão vendo de R\$7.000,00 é relativo a prestação de contas, quem recebe o
960 valor na diária, presta contas e as vezes tem que devolver um dinheiro que não foi utilizado, são
961 os depósitos, essas são as prestações de contas de viagens. Os resultados, do nosso IGD que
962 melhorou um pouco em relação ao trimestre anterior, estava 0,58 nesse trimestre cresceu para
963 0,61 e aí tem a ver com a melhoria no IDCRAS nos municípios e no Estado. **JOANITA** – Agora
964 para o debate, Andréia Medrado. **ANDREIA** - Eu vou muito de encontro com a presidente
965 colocou, e eu me sinto muito confortável para está voltando essa prestação de contas tendo em
966 vista que recebemos ela com antecedência. Eu mesma verifiquei todas as metas acumuladas de
967 porcentagem. Em média 60%. Acho sim que devemos voltar para comissão de orçamento e
968 financiamento para discutir a forma e a maneira que o desembolso financeiro tem vindo para a
969 política de assistência social, agora quanto a essa prestação de contas, é aquilo que a
970 presidente colocou, os números não vão ser mudados, isso aqui, as metas físicas e financeiras
971 não vão ser alteradas, eu enquanto conselheira me sinto super confortável de está aprovando ou
972 não esta prestação de contas, e gostaria só de colocar isso que deveria sim voltar para a
973 comissão de orçamento para discutir melhor a questão do financiamento da política. Isso que eu
974 tenho para colocar. **JUANITA** –: Rodrigo. **RODRIGO** – Eu penso que não só o financiamento mas
975 também a política, porque estamos falando de ação continuada, tem impactos na NOB e falamos

976 de não sei qual tipo de equipamento, vou dá um exemplo que é BH, que eu acompanho lá no
977 conselho Municipal . Quando acontece algum atraso conseguimos fazer suplementação, alguma
978 mudança de ultima hora, com recursos pelo tamanho e porte que somos metrópoles. Mas
979 pensando que não somos somente metrópole e sim mais 852 municípios, e a gente tem que ter
980 o cuidado com o financiamento, mas também com a política. Tem uma equipe na ponta, um
981 horário de atendimento, uma ação continuada, que tipo de ação é essa. O que passou passou foi
982 o que a presidente falou, alí tá certo mas, o impacto é claro. Ela está caminhando, no que eu
983 pensava também de uma recomendação não sei se uma moção mas uma recomendação
984 conjunta presidenta, por gentileza.. Obrigado.**JOANITA** – conselheiro Júlio.**JÚLIO** – É eu estava
985 olhando só tema da comissão de orçamento, as outras comissões não tem nada. Eu sei que tem
986 que cumprir um prazo, mas também não tem essa necessidade de correria para está aprovando,
987 até mesmo para os conselheiros novos, procurar a entender mais o que é o orçamento, eu
988 vendo aqui hoje recebi por e-mail. Mas eu não teria condições de votar hoje. Proponho que fique
989 para a próxima e passe pela comissão. Se vai mudar ou não alguma coisa, mas vamos ver na
990 comissão e tudo bem. Mas se também não é pra sugerir e concordar com o que está aqui
991 podemos pegar nossas coisas e ir embora, porque a função do controle social não está
992 contando. Se é pra concordar com o que está aqui, não existe controle social e estamos
993 gastando dinheiro publico a toa. Então sugiro que vá para a comissão, que seja discutido melhor
994 que faça as recomendações de forma mais clara.**JOANITA** – Eu tenho que fazer um
995 contraponto Julio, porque eu fico muito preocupada com sua fala. Porque em hipótese nenhuma
996 estamos aqui para falar amém para que o órgão gestor está trazendo. E fazer controle social
997 também não é levar na comissão. Agora isso que o Rodrigo está falando em fazer uma
998 recomendação. Isso é controle social. Agora falar que estamos gastando recursos público a toa,
999 vim aqui falar amém com as coisas. Eu fico muito preocupada, porque temos consciência do
1000 nosso papel, agora nós não podemos neste conselho, pensar numa questão que, Ah! se o
1001 governo está com problema financeiro, ele está com Decreto, até setembro eu consegui
1002 garantir que a assistência social não entrasse nesse movimento do Decreto, conseguir apartar, a
1003 partir de outubro não consegui, a análise na comissão para mim gestora não tem problema
1004 nenhum ser deliberado hoje ou ser deliberado amanhã, agora confirmar aqui por ser deliberado
1005 daqui um mês isso vai ter controle social ai quero que vocês me falem como, como o controle
1006 social vai ser feito, com essa prestação de contas indo para a comissão, assim, para o órgão
1007 gestor não tem problema nenhum de que mês vai ser aprovado. O papel de apresentar a
1008 prestação de contas para este conselho, foi feito, eu só fico preocupada com algumas
1009 colocações que são feitas, no microfone que compromete o trabalho deste conselho gigantesco
1010 que é feito com relação ao controle social. Eu fico muito preocupada muito preocupada porque
1011 estes conselheiros que estão aqui, trabalham muito para fazer o controle social do SUAS. Pode
1012 ser o melhor dos mundos, mas é o que esses conselheiros dão conta. Sérgio. É o conselheiro
1013 William agora. Sérgio já falou.**WILLIAM** – Como o nobre conselheiro representante de usuário
1014 para mim é mais difícil entender certas coisas, e eu preciso de um tempo de digerir a coisa para
1015 votar, porque eu não quero votar contra e nem votar em cima do muro. Eu só quero entender e
1016 eu só voto naquilo que eu entendo. Então por isso eu gostaria de mais um tempinho. Eu sei que
1017 os números não vão mudar e que não vai resolver nada, o tempo que vai ficar, como a forma
1018 didática para nós que estamos chegando agora. É uma forma de aprendermos. Não é
1019 isso.**JUANITA:** Conselheiro Sérgio.**SÉRGIO** - Na verdade acho que ninguém tem duvida quanto
1020 a prestação de contas em si na sua forma. Isabela é uma graçinha, apresenta com muita
1021 tranqüilidade, todo mundo entende tudo, não é essa a questão. A minha sugestão só foi e a
1022 gente precisa analisar o orçamento e a gente precisa pensar se a comissão de orçamento é
1023 forma ou se ela precisa avançar para alguma mais substancial. Eu entendo que a peça
1024 orçamentária não é só formulas, só números, não é só percentual de execução. Ela espelha
1025 uma política, e a gente precisa entender se a comissão de orçamento não precisaria avançar
1026 para a analisar qualitativamente os números. Quantitativamente ninguém tem duvida, é obvio
1027 que a secretária fez todo o esforço, me sinto muito confortável em aprovar hoje também, com
1028 muita tranqüilidade, não foi essa a minha sugestão. Já que deu tanta polemica e nem achei que
1029 iria dá. Na verdade eu só estava querendo, de fato foi enviado a 10 dias, mas você
1030 individualmente fez uma discussão solitária dos números e eu acho que é rico para o controle
1031 social, uma discussão na comissão, onde você se debruça sobre os números e o que aquilo
1032 qualitativamente significa na política. Isso não significa que não é para aprovar a prestação de
1033 contas. Significa que vamos aprovar a prestação de contas, observando os números
1034 qualitativamente, o que esse número significa qualitativamente. Essa foi a minha sugestão. Se a
1035 plenária tiver que decidir agora eu com certeza votarei pela aprovação da coisa. Eu trabalho com
1036 orçamento há 16 anos, e assim acho que temos que evoluir na análise do orçamento e sair da
1037 coisa de forma. Para analisar o orçamento, porque trás dados qualitativos muito interessantes.
1038 Foi essa a minha sugestão. (falas ao fundo) Foi só um pouco isso, a minha não tem problema
1039 nenhum a forma, a transparência, não tem problema nenhum, sabemos da posição da
1040 secretaria, da execução do orçamento em si. Não é essa a questão. Agora a gente está aqui

1041 discutindo a questão política e acho que cabe ao controle social analisar política e nós temos
1042 que avançar para isso. Foi essa a minha sugestão. Só a nível de esclarecimento. Nenhuma
1043 dúvida quanto a prestação, nenhum problema em aprovar, me sinto tranquilo, mas de fato são
1044 coisas de muitas ações de complexidade grande e seria rico a comissão analisar. Agora, se
1045 aprovar agora e ir para a comissão para fazermos essa análise qualitativa para fazer observação
1046 também é uma opção, não vejo problema nisso. Eu só acho que tem que ter uma análise mais
1047 aprofundada. JUANITA – Conselheira Mila. MILA – Infelizmente nós sabemos que a situação do
1048 Estado não é das mais favoráveis, nesse momento, igual a presidente já falou e expôs, que a
1049 situação infelizmente está com restrição orçamentária e financeira. E agora o que temos que
1050 fazer. Eu agora quero falar como membro do conselho e o que nós podemos fazer para melhorar
1051 esses números. Eu acho que a sugestão do Sérgio, foi pertinente em mandar um ofício. Vamos
1052 mostrar qual o impacto disso, pois é uma disputa por recursos infelizmente é uma disputa. O que
1053 o conselho pode fazer. A prestação já foi. Infelizmente conseguimos repassar somente para um
1054 município que era para finalizar as 6 parcelas e para os 853 municípios. E agora daqui pra frente
1055 vamos mandar um ofício, então, que é a minha sugestão, para a SEPLAG, sugerindo a
1056 aprovação do restante dos recursos que está tendo não só no conselho, mas principalmente nos
1057 municípios. JUANITA – conselheiro Ronaldo. RONALDO – mais uma vez eu queria colocar, eu,
1058 na verdade, não me sinto hoje, por está tomando posse, confortável em aprovar e deliberar não
1059 pela transparência, foi muito bem colocado, acredito que os próprios debates se deram pela
1060 transparência e a verdade que foi assumido pelo gestor quando ele contemplou só um município
1061 e quando foi gasto só 10 mil reais, mais a prestação de contas a gente observa ali também que
1062 se está aguardando alguns municípios enviarem o SIM. Por quê? Porque não foram aprovados
1063 pelos conselhos municipais e quando a presidente coloca eu fico, me sinto honrado em tomar
1064 assento neste conselho que sempre encaminhou na vanguarda da política nacional de
1065 assistência social, creio eu que vai continuar nesse espaço, quando coloca sobre o debruçar, a
1066 seriedade e comprometimento dos conselheiros que são paritários sociedade civil e governo, e
1067 hoje estamos tomando posse a maioria da sociedade civil hoje novos conselheiros. Então usa-se
1068 nós temos um conselheiro lá em Juiz de Fora e eu não gostaria de me sentir assim, ele chama
1069 da “turma do suvaco”, só levanta cartão e abaixa sem se quer questionar. E toda prestação de
1070 contas antes de ser colocada para deliberação na plenária que é soberana é passada para um
1071 parecer das comissões. Então o próprio conselho estadual tem a comissão de orçamento, além
1072 da apresentação que tanto pode ser feita pelo gestor ou pode ser feita pela própria comissão e
1073 ela trás sugestão e elucida para toda a plenária a forma qualitativa e quantitativa do que está
1074 sendo aprovado. Realmente não me sinto confortável sem nenhum parecer da comissão. E a
1075 minha sugestão é que, como encaminhamento, seja colocado sobre votação a aprovação ou não
1076 dessa prestação de contas. JUANITA – isso é praxe a gente coloca para decisão do plenário.
1077 Conselheira Shirley. SHIRLEY – eu só queria contribuir para uma observação. Como estamos
1078 trabalhando em uma questão que é de cunho coletivo, eu acredito muito na questão de custo
1079 benefício, precisamos tomar a decisão que favoreça a maioria. Temos que trazer questões de
1080 impacto, o que aconteceria se não fosse votado agora? Tem algum problema para o Estado, o
1081 que aconteceria. O que aconteceria se não fosse votado para as pessoas que estão começando
1082 agora, ou se fosse votado pra quem não tá chegando agora. Quem tem maior ganho neste
1083 sentido? Porque, por exemplo, no caso mesmo dos conselheiros que estão chegando, eu
1084 acredito muito na questão do trabalho do protagonismo, da autonomia. Para você conseguir ter
1085 voz, ter condições de votar sobre algo, você precisa entender. Se nós queremos trabalhar nos
1086 usuários, o conselho precisa ser o primeiro espaço onde isso acontece. Seria mais que uma
1087 posse física de estar aqui de começar a entender hoje e começar a participar. Se de repente se
1088 isso tiver algum problema do Estado hoje em aprovar essa situação seria um outro problema
1089 nesse sentido, que eu gostaria de contribuir e uma pergunta mais de iniciante mesmo, Eu não
1090 entendo se todos os conselheiros participam de todas as comissões e representações ou não. E
1091 se as comissões e representações estão incompletas porque eu também teria interesse em
1092 participar se for o caso. É só. Obrigada. JUANITA – muito bacana as colocações da Shirley. É
1093 Shirley! Não tem impacto nenhum para o gestor se a prestação de contas não fechar agora. E os
1094 conselheiros só devem fazê-lo, quando se sentirem a vontade em fazê-lo. É uma obrigação do
1095 CEAS de aprovar ou não aprovar a prestação de contas do órgão gestor. Eu como gestora já
1096 sabia que não teríamos comissão. Entretanto, cumprindo a minha obrigação de encaminhar a
1097 prestação de contas, encaminhei formalmente ao CEAS há 10 dias e a secretária executiva
1098 como de praxe colocou na pauta. Então se ela colocou na pauta e a Isabela trouxe a
1099 apresentação para o conselho. Então não tem nenhum impacto de não ter sido aprovado. Agora
1100 eu acho a atenção para este conselho, porque saíram duas coisas muito bacanas, que foi a
1101 recomendação que o Rodrigo falou e o ofício também que foi falado pelo Sérgio e pela Mila. Se
1102 formos aprovar essa prestação de contas somente em dezembro, significa que nós só vamos
1103 poder nos reportar ao governo em dezembro, e o ano já acabou. Então é outro questionamento
1104 para este conselho, porque nós vamos ter a nossa plenária dia 12 de dezembro e somente pelo
1105

1106 dia 15 sai o ofício deste conselho. E 15 já fechou o exercício financeiro. Temos o Decreto do
1107 Governador que finda o exercício financeiro dia 06 de dezembro. Então temos que correr contra
1108 o prejuízo até 06 de dezembro. Isso também, Shirley, só estou colocando para que os
1109 conselheiros entendam como é a lógica da gestão orçamentária e financeira. Então para o gestor
1110 não há nenhum impedimento dos conselheiros analisarem a prestação de contas sem nenhum
1111 problema. Bom já que não temos mais nenhum questionamento. Ahh, outra coisa que a Shirley
1112 perguntou e não respondi. As representações elas foram preenchidas aqui. (falas ao fundo). Ah,
1113 entendi. Tá. É porque, na verdade, nós temos ainda. Todos os conselheiros tem que participar
1114 das comissões, então, somente para a sociedade civil porque eles é que se dividem para
1115 permanecer em cada comissão, que eles agem mais estratégia. Agora, nós do governo, vocês
1116 podem entrar em qual comissão vocês se identificam mais com ela. Aí é só falar com a
1117 Consolação para ela inserir vocês e comunicar para a partir do mês que vem vocês participarem.
1118 (falas ao fundo) A participação nas comissões é idêntica, só que fazemos ela paritário, Governo
1119 e Sociedade Civil. A gente só estava governo, porque a sociedade civil acabou a vigência no
1120 mês passado. Então como está entrando agora e tinha que fazer a nova eleição, que foi o que
1121 vocês fizeram. O governo pode entrar em qual ela quiser. Entendeu! É só passar para a
1122 Consolação o nome para ela inserir nas comissões. Bom senhores, terminando as discussões,
1123 eu pergunto a esse plenário se a gente aprova, delibera. Aprova não, desculpa, se deliberamos
1124 sobre a prestação de contas hoje ou se vai para a próxima plenária, para passar o fluxo da
1125 comissão e da plenária como vocês sugeriram. Então eu vou perguntar aos conselheiros quem
1126 deseja que essa prestação de contas seja postergada para ao próximo mês levante o crachá,
1127 por favor! Ok! Quem deseja que seja votado agora levanta o crachá, por favor! “Peraí”, Volney.
1128 (falas ao fundo) Vamos voltar novamente. Eu vou fazer a pergunta de novo! Quem deseja que a
1129 prestação de contas volte na próxima plenária do mês de dezembro, levante o crachá, pode
1130 votar todas as pessoas com crachá amarelo. Ok! Quer contar novamente Consolação, porque o
1131 Júlio está questionando. Agora quem quer que a prestação de contas vai para o próximo mês. A
1132 não desculpa conselheira. Vai lá! MILA – E para ficar claro e a votação independente da escolha
1133 ela vai passar para o crivo da comissão. JUANITA – Claro. MILA – para monção e para (não
1134 identificado) JUANITA – é esse plenário que vai fazer a decisão Júlio, ela pode votar para a
1135 comissão quantas vezes quiser. Júlio, é uai! Ela pode voltar qualquer decisão que este plenário
1136 toma, ela pode voltar quantas vezes inclusive esse plenário decidir. Se esse plenário decidir que
1137 ela tem que ir para a comissão no próximo mês, esse plenário vai decidir, que é isso que
1138 estamos colocando. Vou fazer mais claro a pergunta. Quem quer que a prestação de contas vá
1139 para a próxima plenária levante o crachá, por gentileza! Quem deseja e acredita que ela pode
1140 ser aprovada agora levante o crachá, por favor. Ok! Então essa vai ser a pauta da nossa próxima
1141 plenária do mês de dezembro, passando pela comissão e retornando para a plenária. Como já
1142 são 12h24, nós vamos sair para o almoço, podemos retornar às 14h? Podemos? 2hs pode ser?
1143 Pode senhores?13h30 então! OK! JUANITA - Vamos retornar a plenária. Senhores conselheiros
1144 vamos retornar com a nossa pauta. Retornando a pauta, vamos falar de uma proposta que o
1145 órgão gestor trouxe, que é de alterar a Resolução do CEAS nº 366, porém antes nós vamos dar
1146 uma pausa para empossar a conselheira Denise, representante do CRESS que por dificuldades
1147 não pode comparecer pela manhã. Denise, a partir de agora considere-se Conselheira Estadual
1148 de Assistência Social, vou pedir a equipe de apoio para entregar a você o termo, para você
1149 assinar e somar conosco esse fortalecimento do SUAS no estado (aplausos). Bom, eu vou fazer
1150 uma contextualização porque o órgão gestor está fazendo esta proposta de alterar a resolução
1151 CEAS nº 366. Como vocês sabem a Resolução 366 é a que dá as diretrizes para a implantação
1152 de serviços regionalizados no estado de Minas Gerais. Essa Resolução é de 2011, a partir de
1153 então a SEDESE está se debruçando neste ano de 2012 para materializar a operacionalização
1154 da resolução onde o CEAS dá a diretriz para implantar serviços regionalizados. Neste processo
1155 o estado fez um pequeno projeto para implantar os serviços regionalizados. A partir deste ano,
1156 quando eu assumi esta cadeira, nós fizemos um projeto para implantar/materializar a resolução
1157 do CEAS que é implantar serviços regionalizados. Esse projeto passa por quatro eixos, um deles
1158 é a identificação das regiões de assistência social no estado, com o diagnóstico de onde há a
1159 necessidade para implantar a regionalização. O segundo é identificar o custo, o valor que será
1160 pago para o serviço. O terceiro são os critérios de partilha para a elegibilidade de implantação do
1161 serviço, e a quarta e última é a implantação em si. Nós desenhamos a materialização da
1162 resolução 366 nesses quatro eixos. Então, no primeiro eixo que é o das regiões de assistência
1163 social que será trabalhado aqui também, que é a resolução da CIB que aprovou a resolução 10.
1164 Nós iniciamos um processo de discussão e incluímos neste processo o Ministério Público por
1165 meio do CAO da Infância e da Juventude porque a resolução fala para mim que a
1166 prioritariamente nos iríamos começar a regionalização por criança e adolescente. Como todos
1167 sabem, para falarmos de proteção especial, temos que articular com sistema de garantia de
1168 direitos, porque tem essa parte que é diretamente ligada à eles. Nesse processo de inclusão do
1169 CAO da infância e da juventude por meio da Dra. Andreia Carelli e da Dra. Paola, nós criamos
1170 um grupo de trabalho para pensar neste modelo da implantação do serviço regionalizado e que o

1171 MP contribuiu como órgão gestor neste sentido. Frente a isso o MP apresentou uma proposta de
1172 alterar a resolução 366; o MP por meio do CAO, considerou que a resolução 366 é muito
1173 limitada, ela deveria dar mais diretriz com relação ao acolhimento à criança e adolescente. O
1174 CAO fez uma alteração muito robusta que no processo de discussão conseguimos chegar nesse
1175 que agora vou apresentar para vocês. Eu entendo que as mudanças não irão alterar os eixos
1176 estruturantes da Resolução. Mas, entretanto, por necessidade do CAO da infância e da
1177 Juventude, estamos apresentando esta proposta para ser apreciada por este plenário. E vocês
1178 podem ficar à vontade conforme a prestação de contas. Como os conselheiros são novos não
1179 terão condições de aprovar, creio eu, terá que ir para a comissão de política, na mesma lógica
1180 que fez a prestação de contas. Mas como o órgão gestor tem que passar por esta parte de
1181 prestação de contas, vamos apresentar para o conselho esta proposta de alteração. No princípio
1182 do slide é apenas para alterar a resolução 366 de 24/06/2011 que aprova as diretrizes de
1183 organização dos serviços regionalizados de proteção especial de média e alta complexidade no
1184 SUAS no estado de Minas Gerais. Ela começa dando os considerando, eu vou pedir alguém
1185 para me ajudar. Não vou fazer a leitura da Resolução, depois o CEAS coloca a Lei nº 7.853 nos
1186 considerando que é a Lei que dispõe sobre as pessoas com deficiência, o estatuto da criança e
1187 do adolescente que é a Lei nº 8.069, a LOAS que é a nº 7.842, a Lei Federal nº 10.741 que
1188 dispõe sobre o Estatuto do Idoso, a Política Social de Assistência Social, a Norma Operacional
1189 Básica do SUAS. A Tipificação. Aquela inclusão foi à equipe de regulação da SEDESE que
1190 incluiu para manter a mesma norma conforme estava em cima. Os considerando veem só para a
1191 Tipificação dos serviços sociais. Então, colocamos, aprovada pela regulação do Conselho
1192 Nacional¹⁰⁹ que regula os serviços sócio assistenciais. Qual é a inclusão apresentada pelo CAO
1193 dentro dos considerando. As orientações técnicas do CONANDA e do Conselho Nacional da
1194 Assistência de Serviços de Acolhimento da Criança e do Adolescente, depois vem a NOB SUAS,
1195 essa não foi alterada. Então nos considerando a proposta de inclusão de acordo com o CAO da
1196 infância e da juventude é realmente na parte das orientações técnicas do CONANDA. No
1197 resolve, no artigo 1º fala-se em aprovar as diretrizes para organização de serviços regionalizados
1198 de proteção social especial de média e alta complexidade no SUAS do estado de Minas Gerais.
1199 Parágrafo Único – entende-se por serviços regionalizados aqueles que são prestados
1200 conjuntamente pelo estado e municípios cuja abrangência deve ser de até quatro municípios
1201 podendo chegar excepcionalmente até oito municípios desde que, Inciso 1: A Soma da
1202 população dos municípios abrangidos não deve superar 160.000 habitantes, Inciso 2 - A
1203 distância entre os Municípios não supere 100 Km ou 2 horas de deslocamento. Art. 2º - A
1204 regionalização dos Serviços Socioassistenciais da Proteção Assistencial Especial será utilizada
1205 excepcionalmente quando esgotada todas as possibilidades de implantação de serviço local, em
1206 particular das crianças e adolescentes de modo a garantir a preservação e reestruturação dos
1207 vínculos familiares e comunitários. Então no artigo está incluso a reestruturação dos vínculos.
1208 Está incluído no artigo, a proposta de inclusão. Parágrafo 1º - Quando identificada a necessidade
1209 de implantação do Serviço Regional de Alta Complexidade para criança e adolescente o
1210 município será orientado e apoiado na implantação de serviço local de família acolhedora.
1211 Parágrafo 2º - A implantação dos serviços regionalizados do Sistema Estadual de Assistência
1212 Social de Minas Gerais dar-se-á por meio de acolhimento institucional para criança e
1213 adolescente nas modalidades: Inciso 1 – Casa Lar com capacidade máxima de 10 acolhidos.
1214 Inciso 2 - Abrigo institucional com capacidade máxima para 20 acolhidos. Art. 3º - Gestão dos
1215 serviços regionalização de Proteção Social Especial é de responsabilidade compartilhada entre
1216 Estado e os Municípios e se estruturará com base nos princípios da cooperação entre os entes
1217 Federados: União, Estado e Município. Inclusão de compartilhada entre Estado e Município.
1218 Parágrafo Único: A regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial será possível para o
1219 atendimento de municípios que pertençam preferencialmente a uma mesma comarca, e deverá
1220 obedecer sempre a proximidade geográfica entre os municípios envolvidos de forma a viabilizar
1221 o acesso dos usuários aos serviços ou da equipe técnica nos municípios vinculados. Art. 4º -
1222 Regionalização dos Serviços de Proteção Especial de média complexidade ofertado nos CREAS
1223 obedecerá aos seguintes critérios, aqui fala para o município vincular e sediar. Para o município
1224 sediar não muda nada, para o município vincular deverá ter: estruturado a oferta da proteção
1225 social básica, CRAS em funcionamento que deverá realizar articulação com a rede local e
1226 acompanhamento dos encaminhamentos realizados, efetivando a referência e contra referência;
1227 isso é o que o CEAS já havia escrito; incluindo a letra “b” que é a proposta do CAO o índice de
1228 desenvolvimento dos centros de referência de assistência social – IDCRAS - deverá ser igual ou
1229 maior que cinco, sendo que seu indicador de dimensão de recursos humanos deverá ser no
1230 mínimo suficiente, que é igual a três. E os demais continuam que é a garantia dos direitos. Art.
1231 5º - A Regionalização dos serviços de alta complexidade, aí que o CAO inclui, deverão ser
1232 organizados garantindo articulação necessária e permanente entre as equipes do serviço
1233 regionalizado e do serviço local para o desenvolvimento das ações que garantam a proteção e o
1234 restabelecimento dos vínculos familiares e comunitários obedecendo os seguintes critérios,
1235 estão listados os critérios, e dentro do critério dois, para o município se vincular e sediar nada foi

1236 incluso. Para o município se vincular ao equipamento de acolhimento institucional ela solicita a
1237 inclusão de: O índice de desenvolvimento do CRAS e IDCRAS deverá ser igual ou maior que
1238 cinco sendo que seu indicador recursos humanos deverá ser no mínimo suficiente, três. Na
1239 mesma lógica da média complexidade está na alta, porque para fazer a regionalização a básica
1240 dever estar fortalecida e o fortalecimento da básica em nossa interpretação é o principal
1241 indicador, que é a dimensão de recursos humanos. Na letra d, os órgãos de garantia de defesa
1242 dos direitos como: Conselhos de Direitos e Tutelares mantém. E depois ela inclui o inciso 3º: No
1243 caso de serviço regionalizado de acolhimento institucional para criança e adolescente a pena
1244 será possível se disponível a equipe técnica completa conforme NOB/RH/SUAS e resolução
1245 conjunta CNAS/CONANDA nº 1 de 2009. No inciso 4º também há uma solicitação de inclusão.
1246 No caso de serviço regionalizado de acolhimento familiar poderá se admitir o compartilhamento
1247 de uma mesma equipe técnica para no máximo 15 famílias de origem e acolhedora, devendo as
1248 crianças e adolescentes acolhidos serem mantidos no município de origem sob a guarda da
1249 família devidamente cadastrada no serviço. Os demais incisos não têm nenhuma inclusão. Então
1250 é a proposta de inclusão na Resolução nº 366. Esta discussão foi muito calorosa com o MP, eles
1251 tinham uma proposta bem maior de alterações, porém nós conseguimos alcançar um
1252 denominador comum, pois entendemos que a resolução é a diretriz normativa que vai dar ao
1253 órgão gestor para realizar a implantação, por isso a necessidade de trazer a este conselho para
1254 que seja deliberado por todo colegiado. Está então para discussão ou a proposta para
1255 encaminhamento à comissão conforme foi na prestação de contas do Estado. SHIRLEY –
1256 Conselho de Sarzedo. Uma pergunta: Como eu participei da conferência regionalizada, havia
1257 nesta proposta uma alusão a essas propostas serem para os municípios de porte 1, e não porte
1258 2, que foi o que eu vi ate agora. Eu gostaria de saber como ficará isso, se isso foi falado.
1259 JUANITA - Na verdade isso não inclui nada com relação a porte. A questão do município
1260 pequeno para a regionalização são as diretrizes do sistema da política nacional e da NOB SUAS
1261 porque o município pequeno entendemos que, ele tem menor capacidade instalada e maior
1262 capacidade de implantar um serviço com esta robustez. Mas a resolução não traz nada sobre
1263 esta questão e não foi alterada neste sentido. Na parte que não foi alterada traz a questão dos
1264 municípios pequenos. Ok. Tem sim, mantém da mesma forma, por isso eu não fiz a leitura e não
1265 foi destacado em vermelho, manteve do mesmo jeito, porque eu tinha, passado. Na verdade a
1266 única coisa que foi alterada é o que foi colocado em vermelho, os demais é como o CEAS
1267 propôs. SHIRLEY – é porque no caso ficaria como uma pergunta mesmo. Na conferência
1268 regionalizada, ficou a questão de que a alta se fosse o caso, poderia ter a alta prevista para o
1269 porte 2, para os casos que não figura suficiente para terem o serviço. Isso não estava previsto.
1270 Eu não sei como poderia ser feito. JUANITA – entendi! Volney. VOLNEY – Juanita, são três
1271 questionamentos. Primeiro, a resolução é alterada ou é um complemento? Eu não sou jurídico,
1272 não sou advogado, então um alerta só. Porque no meu entendimento, ela está complementando
1273 e não alterando. JUANITA – na verdade a nossa proposta, porque ai está só o processo de
1274 discussão, nós vamos conversar aqui, se ela vai ser alterada ou se ela vai ser reelaborada, se
1275 vamos tornar ela sem efeito e fazer uma nova resolução. VOLNEY – um outro questionamento
1276 vai no artigo 1, olha só no inciso 2 a distância entre os municípios, não supere 100Km ou 2 horas
1277 de deslocamento, nós temos que repensar isso um pouco mais, porque alguns municípios via de
1278 asfalto, outros via terra, que as vezes 30km você gasta mais de 2hs dependendo das condições.
1279 Depois o artigo 3, a gestão de serviços regionalizados, etc... de responsabilidade compartilhada
1280 entre estados e municípios, qual é o meu entendimento de compartilhar. O Estado ele pode
1281 entender que o município entre com 80% e o Estado com 20% eu não estou compartilhando.
1282 Qual é o entendimento desse compartilhar? É um questionamento? E depois eu estive em 6
1283 conferências regionais que saiu uma proposta muito interessante, e ela não foi levada na
1284 conferência Estadual e eu não sei nas outras conferências regionais que eu não participei, eu
1285 não tive acesso, a estas propostas, mas teve uma proposta que as multas impostas aos
1286 municípios pelo MP, elas fossem destinadas ao fundo para o serviço regionalizado, então queria
1287 saber porque não acolheram essa proposta, porque acho extremamente rica e interessante.
1288 JUANITA – Bom! Primeira questão que nós não acolhemos foi o CEAS, porque nós somos
1289 CEAS, e a primeira coisa, a segunda coisa, conforme estava na resolução, para ir para a
1290 conferência tinha que ser mais de outras pré-conferências tinham que ter feito a proposta, é por
1291 incidência de proposta, não sei se você se recordam, a nossa resolução fala da incidência da
1292 proposta, então com certeza ela não foi por conta da incidência. VOLNEY – as proposta
1293 regionalizadas elas não foram direto para o CEAS não? JUANITA – elas foram direto para a
1294 plenária elas passaram pelo CEAS, sim. VOLNEY – as regionalizadas, eu não me lembro não?
1295 JUANITA – passou para a comissão da conferência. Não! Plenária não. VOLNEY – porque saiu
1296 três proposta da conferência, não foi isso para a conferência estadual. JUANITA – 7 ou 8, com
1297 relação a outra questão de duas horas, na verdade o órgão gestor na proposta que estava de
1298 estudo para implantar a regionalização, nós chegamos nesse universo de 100km ou 2hs,
1299 entretanto posterior a nossa decisão, a CIT pactou a mesma coisa em âmbito nacional. Nós não
1300 tínhamos pactuado, KM, nós tínhamos pactuado hora, então a CIT nacionalmente pactuou KM e

1301 Hora, então nós colocamos na mesma lógica, KM e Hora para não haver divergência. VOLNEY –
1302 vou te mostrar um exemplo, quando a CIT pactuou as cidades, por exemplo, que são via Rios,
1303 como no norte, ela também entendeu 2hs nesse deslocamento com barco e tudo mais. JUANITA
1304 – mais alguma pergunta que eu não respondi? A sim. A questão do compartilhamento. Porque a
1305 política ela é compartilhada. Se fizemos um serviço que ele é regional para abranger Estado e
1306 Município não pode ser gestão única do estado. Ela tem que ser compartilhada na gestão, no co-
1307 financiamento, na capacitação, em tudo, então o compartilhamento é por conta disso. Apesar de
1308 termos as diretrizes nacionais do SUAS na lei 8742, na nossa lei 12642, na NOB e na política
1309 nacional, o MP entendeu que seria importante colocar na resolução o compartilhado também.
1310 Denise! DENISE – Uma dúvida mesmo, quando fala da família acolhedora. Quando pensa na
1311 equipe, vai ter que ter a equipe técnica que vai fazer a coordenação do trabalho da família
1312 acolhedora, se ela está no município sede, pois teremos a figura do município sede. Essa equipe
1313 é necessária dizemos nessa resolução a qual serviço estará referenciada, no município. Eu fico
1314 preocupada com a equipe técnica da família acolhedora no ar, tem municípios que executam
1315 família acolhedora e a equipe não pertence a ninguém. Como está na alta e o município tem
1316 CREAS e só faz, não seria necessário para essa equipe não ficar solta. JUANITA – Então, a
1317 questão foi muito polêmica e nós... O MP não abriu mão, inclusive da família completa, e nós
1318 falamos que seria um dificultador para implantar serviço regionalizado, mas o MP entendendo na
1319 qualidade da oferta do serviço da necessidade da equipe técnica não abriu mão, o que nós
1320 chegamos considerando um denominador comum, é que considerando o planejamento que foi
1321 feito e o critério de partilha que vai para o CEAS e para a CIB deliberar, para ver qual a região
1322 que vai ser a implantação, nós iremos primeiro sentar com os municípios para fazer uma
1323 discussão para o apoio ao município antes de regionalizar. Implantando a família acolhedora e o
1324 estado vai co-financiar e apoiar na capacitação para ele não regionalizar, porque o MP é contra a
1325 regionalização. Foi com muita dificuldade que conseguimos no grupo de trabalho, nós tivemos
1326 que tirar membros para não participar da reunião, porque foi bem acalorada com as promotoras.
1327 Então a nossa proposta é primeiro antes de regionalizar, fazer com que o município implante a
1328 família acolhedora, e ela queria a equipe técnica com a família acolhedora, e falamos que a
1329 dificuldade do município é com o RH, um município com 5000 habitantes, ele poderia ter a
1330 equipe técnica na gestão para referenciar todos os municípios. No meu entendimento da
1331 proteção especial. O MP não concorda e quer ter equipe técnica na família acolhedora, então a
1332 proposta do MP para este conselho deliberar. DENISE – situação grave, porque do ponto de
1333 vista intelectual, também temos concordância, antes de institucionalizar para pela família
1334 acolhedora, seria o ideal. Mas precisamos situar essa equipe, porque se não o serviço não
1335 encaminha. JUANITA – eu só enxergo ela situada no órgão gestor. DENISE - Eu já pensei em
1336 algum momento ela situada ao CREAS. JUANITA – se o município tiver CREAS, mas o
1337 município pequeno não tem CREAS. A nossa realidade então é no órgão gestor. DENISE – para
1338 quem tem CREAS, você pessoalmente vê problema? JUANITA – em hipótese alguma, porque o
1339 órgão gestor vê execução do órgão gestor que é indicativa da NOBRH que a gestão não execute
1340 atendimento. Os atendimentos ficam nos equipamentos descentralizados, entretanto para esses
1341 municípios são os que não tem CREAS. DENISE – eu penso que apontemos isso na comissão,
1342 mas a comissão tem que se debruçar mais sobre isso. ANÁLIA – Bom! Esse assunto é caloroso
1343 e tem muito tempo que conversamos essa questão da regionalização. Porque a CIB fez um
1344 levantamento com os CREAS regionalizados e chegamos à conclusão que nenhum deles
1345 funciona. Existe uma proposta que parece ser mais viável, mais arrojada que está encaminhando
1346 que os municípios tenham uma equipe especializada vinculada ao órgão gestor. Então essa
1347 proposta ela tem muito mais condições dela ser real para o município, do que a questão dos
1348 CREAS regionalizados, porque vai esbarrar no RH, no acompanhamento da família que está no
1349 outro município, no deslocamento das pessoas que estão com os direitos violados, na questão
1350 do transporte. Nós estamos na ponta e passamos por todas as dificuldades e sabemos que não
1351 é funcional o CREAS regionalizado, eu gostaria que buscássemos refletir mais isso. A Roberta é
1352 uma das que busca mais as propostas de equipe especializada vinculada ao órgão gestor,
1353 principalmente nos municípios de porte 1 e 2. JÚLIO – Tendo em vista a fala da própria
1354 presidenta que o MP questionou algumas coisas, eu sugiro convidar o MP para o debate, tendo
1355 em vista o trabalho coletivo, a minha sugestão é que seja convidado o MP para o debate.
1356 SÉRGIO – só uma dúvida, não sei nem ... O serviço regionalizado é até 4, quer dizer que no
1357 serviço de dois municípios é considerado regionalizado? JUANITA – no máximo 4. SÉRGIO –
1358 dois já é regionalizado. JUANITA – muita coisa é o número de habitantes, mais não
1359 necessariamente, porque se você pensar o número de... o município de Campo Belo tem 53.000
1360 habitantes, qual é a realidade de acolhimento institucional de Campo Belo? O número de
1361 acolhimentos? ANÁLIA – acolhimento ano de 2012, em família acolhedora 3, em abrigo 12.
1362 JUANITA – é muita coisa, então por isso chegamos naquele identificador de 60.000 habitantes
1363 para o serviço regionalizado, e foi colocado o casa lar, por uma questão do MP, mais
1364 entendemos que a regionalização prioritariamente vai começar por abrigo. Porque como vai
1365 regionalizar municípios com casa lar que tem capacidade só para 10, você vai disponibilizar uma

1366 vaga, duas, o abrigo é que tem mais capacidade para. Bom! Eu pergunto a este colegiado se
1367 deliberamos sobre essa proposta do MP ou outra proposta do Júlio que é convidar o MP para vir
1368 aqui. Eu pergunto aos conselheiros. Eu penso a proposta da comissão, o debate é muito
1369 caloroso para trazer aqui e vamos ter que fazer uma pauta do CEAS somente para essa
1370 discussão e a comissão que tem a responsabilidade para fazer, então eu! Só um momento.
1371 WILLIAM – o Volney falou sobre a participação do Estado e Município, por exemplo, um não
1372 pode pagar a conta menor, então igualzinho a divisão da casa, eu sou chefe de família, os filhos
1373 sempre querem pagar a conta de água que é a mais barata, então eu quero saber quem é que
1374 vai pagar ou se vai dividir. JUANITA – é claro que será dividido, mas ainda estamos no momento
1375 de levantar o custo do serviço e o co-financiamento, então não tenho a resposta para dá ao
1376 senhor. Só para falar em âmbito federal, o governo financia 500,00 reais por criança acolhida no
1377 município, então federal é isso, foi agora, que era R\$250,00. Menos esse mês foi para
1378 quinhentos. Era R\$170,00, por criança acolhida e este mês foi para R\$500,00. Então estamos no
1379 órgão gestor nesse momento de identificar qual será o valor do serviço para propor. Então eu
1380 pergunto a esse plenário. Microfone! RONALDO – A pergunta é a seguinte, aqui já tem a forma
1381 de operacionalização desta regionalização, e na verdade nós queremos ou não esbarramos no
1382 financiamento, aí tem a aderência ou não do município. Nós já estamos com a resolução
1383 elaborada, ela vem sofrer alguns complementos por sugestão do MP, mas como é que seria
1384 isso, pois já está formatado, e pode ter aderência ou não do município, quando esbarrar no
1385 financiamento. Porque quando for colocado á mesa de negociação o percentual de quem vai
1386 entrar, do que o Estado vai entrar e o município vai entrar. Nele não trás uma obrigatoriedade e
1387 eu entendo que jamais irá trazer uma obrigatoriedade de algum município sediar, uma vez que
1388 iria tirar receita da proteção básica e precarizar a proteção básica do município. JUANITA - Na
1389 verdade não é tão simples assim. Estamos trabalhando de uma forma junto com o MP, uma
1390 forma completa, porque na verdade o município quando adere ao SUAS, ele tem que ofertar a
1391 proteção aos seus munícipes. Obrigatoriamente a proteção básica e dependendo da condição do
1392 município a proteção especial. O que estamos fazendo agora com o MP, e por isso, nós
1393 incluímos o MP na discussão deste o inicio, é que já estamos iniciando as conversas com as
1394 regionais do MP, no Estado, pois vamos ter que incorporá-los deste processo e fazerem parte
1395 conosco para irmos junto com eles no município. Porque o município não pode ser penalizado
1396 para ofertar proteção social para o seu munícipe, então por isso nós estamos conversando a
1397 primeira reunião é dia 28 na semana que vem. O CAO da infância e da juventude está trazendo
1398 as regionais dela e depois vamos começar a ir nas regionais e conversar com os promotores
1399 para eles compreenderem a regionalização. Porque hoje o que acontece é completamente
1400 diverso. É por meio de TAC, o Estado não é convocado. Então vamos apresentar para eles no
1401 primeiro momento, as conversas com as regionais e depois com as comarcas. Foi à estrutura
1402 que acordamos com o CAO da infância e da juventude, para que a partir daí toda a
1403 regionalização seja com a inclusão do Estado até para fazer a defesa do município. Porque
1404 temos às vezes uma regionalização implantada por meio de TAC e é uma regionalização
1405 equivocada não é na lógica do SUAS ainda. A questão do financiamento a partir do momento
1406 que você implanta serviços você tem que alocar recursos, tirar da básica, não é possível tirar.
1407 Por exemplo, o Estado ele incluiu recursos para iniciar a implantação, conforme diagnóstico que
1408 nós temos. E o município, quando da adesão, ele não vai impor uma implantação do serviço
1409 para ele. Ele terá que identificar o recurso par fazer a regionalização, tirar da básica entendo que
1410 não tem como. É a que fortalece para não haver proteção especial. RONALDO – só para
1411 complementar em cima da fala do Júlio, eu gostaria de colocar uma proposta do MP participar,
1412 mas aí eu colocaria a proposta para este colegiado, que isso fosse debruçado pela comissão e a
1413 comissão fazer o chamamento do MP para participar com a comissão. (Falas ao fundo).
1414 JUANITA – a comissão é quem vai ter que identificar. Eu pergunto para este colegiado se a
1415 proposta é para encaminhar para a comissão de política ou se é para deliberar sobre a proposta
1416 agora. Eu pergunto sobre quem é a favor deliberar sobre a proposta da resolução 366 agora que
1417 levante o crachá, a identificação, por favor. Eu estou levantando porque eu participei do
1418 processo e não poderia deixar de levantar. Então tenho que ser coerente. Não precisa nem
1419 perguntar, então vai para a comissão de política a proposta de resolução 366. Vencemos.
1420 VOLNEY – me esclareça mais uma dúvida só. Se esse conselho ele pode fazer as alterações e
1421 complementos na resolução. Eu achei muito interessante na regional, com relação às multas
1422 aplicadas pelo MP para ir para um fundo, isso não pode ser incorporado se este plenário
1423 entender dessa forma não? JUANITA – na resolução? VOLNEY – é. JUANITA – não! Em
1424 hipótese nenhuma. Isso é matéria de lei. Tem que alterar a lei 12212, ou outra lei específica. Isso
1425 não é matéria de resolução. Bom! Nós temos também, seguindo a pauta da resolução, vamos
1426 trazer para vocês terem conhecimento, uma avaliação bastante sintética da nossa conferência
1427 Estadual, vou pedir a Rosa para colocar. Por favor! Lembrando que o relatório não foi publicado
1428 no site, a equipe não terminou o relatório. Tivemos participando da conferência estadual, 303
1429 municípios, pouquíssimos, nem a metade dos municípios do estado participaram. O número de
1430 participantes, foram 839, onde havíamos previstos 1040 delegados, participaram 741 delegados,

1431 convidados nós disponibilizamos 100 vagas participaram 35. E 63 pessoas da comissão
1432 organizadora, tivemos uma total de previsão 1140 foi nosso cálculo para participar da
1433 conferência, participaram 839. Delegados por seguimento, representando o órgão gestor tinha
1434 194 delegados, sendo gestor 194, trabalhador da área 148 gestor e outras representações 70.
1435 Representando a sociedade civil, usuário 127, delegados, isso foi muito bom! Entidades 117 e
1436 trabalhador 85, foi muito bom, então assim, o resultado do trabalho, sociedade civil e usuário foi
1437 muito interessante e fruto da nossa resolução. Se não tivéssemos feito isso, nós talvez não
1438 estaríamos com uma participação tão grande de trabalhador da sociedade civil. Delegados a
1439 nona conferência, foram 208 delegados de município, total. Sendo 38 delegados que estarão em
1440 Brasília representando o órgão gestor, 40 representando o trabalhador do governo, e 26
1441 representando outras secretarias, representando a sociedade civil em Brasília 32 delegados
1442 representando entidade, 40 representando o usuário, e 32 representando o trabalhador da área.
1443 Delegados Estaduais do CEAS que estarão na conferência são 12, é governo órgão gestor,
1444 governo outras representações, sociedade civil, entidade, usuário, trabalhador usuário, entidade
1445 de assistência social e trabalhador. São os delegados que vão está na 9ª conferência nacional.
1446 Nós trouxemos as deliberações que permaneceram por eixo, não farei a leitura, porque foram
1447 aquelas que foram avaliadas e mesmo assim a plenária decidiu que elas permanecem, então,
1448 isso já está consolidado e já vai para o relatório que vai ser disponibilizado no site e vai sair uma
1449 resolução do CEAS aprovando o relatório. São as deliberações do eixo 1 co-financiamento
1450 obrigatório, foram 10 é deliberações, pode passar. São as novas deliberações no eixo 1. As
1451 deliberações do eixo 2, as antigas que permaneceram, as novas e antigas também. As novas
1452 pelo eixo 2 que entraram. União e Estado, mas na verdade aquilo não é deliberação, aquilo é
1453 recomendação, por isso estou com dúvida, a deliberação é só o primeiro quadro, a outra é
1454 recomendação, porque a conferência municipal não delibera para a União. (falas ao fundo), mas
1455 é recomendação. Eixo 2, isso é o que vai ser disponibilizado no site e entrar na resolução do
1456 CEAS do relatório da conferência. O eixo da regionalização, isso ai são as moções e todas,
1457 quantas monções, o destinatário, o tipo, e o conteúdo, lembrando que o CEAS já fez a ação de
1458 encaminhamento das monções e solicitando resposta, já foi feito oficio encaminhando as
1459 monções para todos os órgãos e solicitando que eles se manifestem, que é a tramitação normal.
1460 Aqui é para trazer para esse grupo a nossa avaliação do ponto forte da conferência, que dentre
1461 vários, identificamos 6, o local da realização da conferência que foi um espaço adequado e com
1462 acessibilidade, isso é para ficar para a próxima conferência, o custeio das despesas, tanto para o
1463 representante da sociedade civil, atendimento personalizado para pessoas com deficiência,
1464 inclusive com disponibilidade de ledor e acompanhante, processo de escolha para compor o
1465 CEAS, dentro da programação da conferência, sobre a fiscalização do MP, com visibilidade
1466 inclusive no comprometimento dos candidatos, esse eixo ele foi prejudicado, por conta do
1467 processo normal da conferência, onde foi postergado, não nesse eixo é claro, na conferência
1468 nacional. Muitas vezes impossibilitou pessoas que estavam lá, saíram como delegado, mas já
1469 tinha comprado passagem para voltar e não puderam participar do processo, por conta do
1470 horário que foi estendido. Outro ponto forte, a tiragem de delegados por porte do município e por
1471 categoria, visando maior representatividade, a questão do trabalhador, sabemos que não existe
1472 trabalhador governo e trabalhador sociedade civil. A estratégia do CEAS foi para propiciar a
1473 participação do trabalhador da sociedade civil, que muitas vezes fica impossibilitado de
1474 participar. Então a proposta do CEAS na divisão foi uma estratégia. O CEAS sabe que o
1475 trabalhador do SUAS ele é único, independente do local ele é único, e a divisão do trabalhador
1476 da área em representação que é governo e sociedade civil que e isso que já falei e este ponto foi
1477 validade pela maioria absoluta da conferência, então isso foi muito interessante. Ponto Fraco
1478 identificado, o folder confeccionado com regimento interno e a metodologia da conferência de
1479 forma seqüencial e com proximidade da numeração dos artigos dando margem de dúvida sobre
1480 o inicio e termino de cada um, na verdade essa metodologia ela era da resolução do CEAS,
1481 então a secretaria só tirou os artigos da resolução e colocou no caderno, entretanto não colocou
1482 um titulo isso deu margem de dúvida. Titulo colocou, mas a sequencial, que coincidiu os artigos
1483 e gerou dúvida tumulto e questionamentos, a ausência sem aviso prévio de coordenadores de
1484 grupos conselheiros dificultando a substituição dos mesmo. Fragilidade na relatoria geral, sobre
1485 a exposição da metodologia do copilado, causando dúvida sobre a incidência das propostas.
1486 Instrumentais do conselho nacional que dificultaram o entendimento por parte dos delegados. Eu
1487 particularmente sou contra isso, porque todos os municípios trabalharam com o mesmo
1488 instrumental, então eles conheciam o instrumental nas conferências municipais, então porque a
1489 discussão e a dúvida aconteceu na conferência estadual, sendo que eles trabalharam com o
1490 mesmo instrumento que trabalhamos. Grupo político partidário infiltrado dificultando trabalhos
1491 sem apresentação de propostas efetivas trazendo tumulto na conferência, pouca participação e
1492 comprometimento de alguns conselheiros estaduais na operacionalização e participação da
1493 conferência e o papel do conselho x a conferência. Porque na verdade a conferência em si, é um
1494 local de muito tumultuo e de muita confusão, de muito movimento, isso faz parte da conferência.
1495 A comissão organizadora e esse plenário identificou nomes de conselheiros para compor

1496 determinadas partes e trabalhos. Entretanto todos os conselheiros eram responsáveis pela
1497 finalização da conferência, pelo completo cumprimento do programado, e nós percebemos que
1498 alguns conselheiros participaram como ouvintes da conferência, deram pouco apoio, inclusive
1499 conselheiros, contribuindo para o tumulto no sentido de até nos causou estranheza, porque a
1500 conferência era do conselho estadual, não era do órgão gestor, então se tinha algum problema
1501 na conferência isso teria que ser trabalhado no plenário, e não expor uma fragilidade na
1502 conferência, junto com vários delegados, porque dá a impressão que temos sociedade civil
1503 contra governo e vice-versa. E nós somos um colegiado em busca do fortalecimento do SUAS,
1504 com divergência com várias questões do processo, mas faz parte da democracia. No momento
1505 da conferência os conselheiros estaduais, tinham que fazer a defesa incondicional da
1506 conferência, porque foi organizada pelo CEAS, então eu senti essa necessidade de falar isso
1507 aqui, porque às vezes entendíamos que tínhamos que ter mais defesa de conselheiros, o que na
1508 verdade não aconteceu. Muitas vezes eu como presidente me senti sozinha naquele plenário,
1509 apesar da tarefa ser minha de fazer a condução, muitas vezes eu me senti sozinha. A pressão é
1510 grande, mas temos que estar preparado para essa questão, mais o apoio dos conselheiros ele é
1511 imprescindível para que os problemas diminuam. Que problema vai acontecer, é claro. Por
1512 exemplo, quando aconteceu, eu falo, porque quando aconteceu aquele problema junto com o
1513 conselho nacional e com o MDS sobre a representatividade dos trabalhadores, os conselheiros
1514 foram unânimes em permanecer na defesa do CEAS, outra hora onde davam os problemas,
1515 tínhamos conselheiros rindo, debochando, com risos no rosto, ou seja, não acredito que eles
1516 queriam que a conferência desse problemas, porque a conferência era do CEAS, essa parte fiz
1517 questão de trazer até para uma avaliação para a próxima conferência, porque se deu errado, deu
1518 errado para o CEAS, porque ele é responsável pela elaboração. Eu estou nessa cadeira como
1519 presidente e ano que vem é um da sociedade civil e eu vou apoiar o presidente da sociedade
1520 civil que estiver aqui, incondicionalmente, com esse colegiado o que for deliberado para a
1521 conferência de 2015, independente de está nessa cadeira como presidente. É uma coisa que
1522 eu gostaria de colocar, porque foi aquilo que eu falei desde o início, pois quando assentamos
1523 aqui temos que fazer a defesa deste colegiado, mesmo errando. Que foi inclusive na hora que a
1524 secretaria executiva esteve conosco, trazendo uma proposta para voltar atrás para não ter
1525 tumulto, não vamos manter. Ai a secretaria executiva que é o papel dela, mas o conselho
1526 nacional tem o papel de recursos, mas não estamos fazendo nada errado, foi uma estratégia, o
1527 CEAS sabe que trabalhador é único, mas foi uma estratégia, mas para a nossa felicidade o
1528 plenário apoiou o CEAS por unanimidade, então gostaria de fazer esse desabafo, principalmente
1529 para os conselheiros novos que estão chegando, não existe briga entre governo e sociedade
1530 civil. Pode haver divergências, mas estamos neste espaço para fortalecer o sistema único. É
1531 claro que eu governo gestor tenho uma interpretação, o Sérgio sociedade civil tem outra
1532 interpretação, mas aqui tentamos chegar num denominador comum para fortalecer o SUAS, era
1533 isso que eu gostaria de falar com relação à avaliação da conferência nos pontos fracos que eu
1534 achei que poderíamos ter evitado alguns tipos de problemas, muitos inclusive se tivéssemos tido,
1535 é claro que em hipótese nenhuma, mas também se tivéssemos tido participação de conselheiros.
1536 E acabou, na verdade a tramitação agora é que assim que a secretaria executiva terminar o
1537 relatório geral essas informações todas já foram inseridas no sistema da conferência, já foi nome
1538 dos delegados todos, já estamos providenciando a questão dos transportes para a maioria,
1539 aéreo para os delegados com deficiência, que é o que nosso orçamento compete, tem condição,
1540 isso já está sendo providenciado, eu tomei a liberdade de escolher dois coordenadores da
1541 delegação de Minas, tinha que ser paritário da sociedade civil e governo, eu vou justificar a
1542 minha escolha e tinha que ter colocado no sistema e o sistema fechou e não tínhamos plenária,
1543 vou justificar minha escolha é a sociedade civil, por causa da permanência do conselheiro
1544 Volney no conselho e por ele já está aqui a mais tempo e por ter a experiência de ter participado
1545 em conferência, nós indicamos em sistema, o conselheiro Volney, como um dos dois
1546 coordenadores da delegação de Minas e a conselheira Isabela, então são os dois conselheiros
1547 delegados que vão coordenar a delegação de 220 delegados que vão está em Minas Gerais.
1548 É mas vamos está lá dando todo apoio, dois técnicos em cada ônibus, um do CEAS e um da
1549 SEDESE, é porque tinha que colocar o nome dos coordenadores. Isso é para dá uma visão geral
1550 para todos vocês que participaram da conferência ter o Feedback depois da conferência, os
1551 encaminhamentos já estão sendo dados, algum questionamento? Colocação? VOLNEY-
1552 primeiro quero parabenizar você Juanita pela condução da conferência, foi uma conferência
1553 tensa, e eu tive o sentimento que alguns momentos você esteve mesmo sozinha e voltei para
1554 casa, vendo o quanto você é uma mulher fortaleza. Porque conduziu com muita serenidade e
1555 tranquilidade. Eu quero expressar em público, meus parabéns pela condução da conferência,
1556 você permaneceu serena e forte e quero te cumprimentar. E segundo é agradeço a indicação do
1557 meu nome para conduzir a delegação, tive a oportunidade na ultima conferência de levar um dos
1558 ônibus e então você pode ter certeza e este plenário também que irei conduzir nossa delegação
1559 da melhor forma possível lá em Brasília. WILLIAM – eu quero me justificar a respeito do
1560 problema que houve na conferência. Assim como aqui lá nós também temos a comissão

1561 organizadora da conferência, e aquele problema que passou lá, passou na comissão de
1562 conferência e eu estava em Brasília e fui convidado pela SEDESE para falar sobre os moradores
1563 de rua de BH e eu não fiquei ciente e quando eu cheguei eu já tinha passado pela comissão e se
1564 eu tivesse passado pela comissão, isso não teria acontecido e como foi minha vice que assumiu
1565 e como era a comissão não era o conselho, então foi muita coisa, que passa pela comissão e
1566 não somos responsável, a senhora sabe disso. Acaba caindo em cima de nós que estamos na
1567 presidência. Eu sei que ganhei nome de tudo, pelos trabalhadores e infelizmente não tive culpa.
1568 Não foi relapso minha não. JUANITA – só na verdade. Sem problema. Só para fazer uma
1569 pequena correção, a comissão organizadora da conferência é uma comissão instituída pelo
1570 colegiado para tramitar as coisas mais facilmente, mas é o colegiado que delibera sobre todas as
1571 ações da comissão, mas com relação a isso não há nenhum problema. Denise! DENISE – eu
1572 queria recuperar um pouco da sua fala e eu acho que é um desabafo necessário, sabe Juanita,
1573 de quem está nesse papel que você está. Acho que o conselho, por ser responsável pela
1574 execução, e quem vem do interior e vê a situação que aconteceu lá muito reproduzida no
1575 interior. O gestor fica só na execução da conferência, e no momento da conferência parece que
1576 ela é de gestão e ela não é de conselho, que é gestão compartilhada entre sociedade civil e
1577 governo, porque não tinha eco do restante do conselho às suas intervenções e por outro lado
1578 fico pensando assim, fui gestora por um tempo e fico pensando o quanto é importante esse
1579 papel do conselho em não é simplificar nem tornar mais simples, mas é ir para a conferência
1580 com aparatos mais simples, menos complexos, no sentido da condução, porque estava até
1581 colocado ali, os instrumentais não nos favoreceram, no interior achamos complicado, no sentido
1582 de dá vazão, não deu, ficava trancado. A coisa da incidência da proposta, obviamente o que foi
1583 incidência em Itabirito não foi incidência em Belo Horizonte, em Belo Vale, Campo Belo, foi uma
1584 metodologia que não nos favoreceu e foi a todos. Muito provavelmente vamos ouvir isso na
1585 conferência nacional, nós enquanto conselho ao preparar a documentação a normatização para
1586 a conferência a gente tem que simplificar, porque é espaço de conflito, a coisa da intervenção
1587 político-partidária, vai voltar a acontecer é espaço de política de projeto de governo e sociedade
1588 sem dúvida alguma, agora nós que estamos no lugar da representação e possamos nos munir
1589 de aparato e a conferência cumpra o objetivo dela, porque nós perdemos tanto tempo da
1590 discussão e no final o objetivo para qual estávamos lá não foi atingido. Que arrastão foi para sair
1591 às propostas no final, penso que nesse lugar todos os conselheiros na gestão anterior quero
1592 parabenizá-los não é fácil ser conselheiro e especial no lugar de condução de conferência.
1593 JUANITA – quando eu falei de não concordância dos instrumentais, foi do questionamento dos
1594 instrumentais da conferência, mas concordo com tudo, em instrumental completamente
1595 organizado assistência não tem essa cultura, nós nunca trabalhamos dessa forma e foi
1596 dificultador e a minha discordância era do tumulto do instrumental que havia sido passado pelo
1597 município e todos os municípios já conheciam, de questionar o instrumental e a metodologia da
1598 incidência, isso estava registrado inclusive pessoas querendo tumultuar a conferência, não
1599 existia isso da incidência, porque só fazemos de acordo com a orientação do CNAS e não
1600 podemos instruir instrumental diferente. Então como finaliza na conferência nacional? DENISE –
1601 só uma questão que eu me recordei e desde lá, quero perguntar da gestão anterior. Ter
1602 regulamentado e normatizado o regimento da conferência de forma antecipada através de
1603 resolução vocês entendem que permaneceram no conselho, Volney, Sérgio que pode ter sido
1604 um nó? Porque a norma do regimento interno diz da condução de todo o processo e quando
1605 normatiza antecipadamente é como se eu disse para a plenária é assim que a condução vai ser
1606 e não tem que fazer nada não. Porque começou dali, tinha uma norma anterior no conselho
1607 estadual de como a conferência vai começar. JUANITA – mas toda conferência tem a proposta
1608 do regimento interno, antes que é apresentado pelo conselho. DENISE – porque o
1609 funcionamento dela estava todo lá. JUANITA – isso, toda conferência a proposta do regimento
1610 vai levada pelo conselho e as alterações são feitas no plenário, o que causou discussão, não foi
1611 isso, foi com relação à questão da cartilha, como foi colocado no folder que eles entenderam
1612 que parte da metodologia era complemento do regimento, o problema que deu nem foi isso, não
1613 foi nem questionando o regimento, ele questionaram outra questão. DENISE – o que ficou na
1614 cartilha e não ficou dentro do que foi discutido lá. (falas ao fundo). JUANITA – Ronaldo!
1615 RONALDO – foi a minha primeira experiência em conferência estadual, eu gostaria de
1616 parabenizar a condução dos trabalhos, realmente você conduziu com muita firmeza sem perder
1617 a serenidade, eu vou pegar as palavras do Volney, e acredito que realmente quem está à frente
1618 sofre muita pressão, eu como presidente de conselho municipal eu conduzi, a pressão é muito
1619 grande e precisamos pensar 10, 20 vezes antes de responder, saber como responder para que
1620 essa resposta não forme outro tumulto, mas eu observei também duas coisas, uma foi com
1621 relação a cartilha foi muito bem colocado, foi o regimento interno que é lido e deve ser aprovado
1622 por essa plenária, e ele deve ser elaborado antes sim, até confeccionado via gráfica a partir
1623 disso, você pode ter a resolução que regulamenta com maior riqueza de detalhamento como vai
1624 se dá a conferência, então na verdade a confusão foi porque só deu continuidade nos artigos
1625 como se fosse um só documento. Então foi explicado por várias vezes e acredito que o tumulto

1626 foi responsabilidade dos municípios, que enviam delegados totalmente despreparados para
1627 fazerem parte de uma conferência estadual. Primeiro por não conhecer, às vezes não é o local
1628 dele aprender, ele precisa aprender dentro do próprio município, e é por isso que chega
1629 despreparado, sem conhecimento da metodologia, que partiu os informes do conselho nacional,
1630 todos os municípios ficaram sujeitos às suas conferências por esses instrumentais e assim se
1631 deu a conferência estadual. ... desse evento grandioso que foi a conferência estadual. DENISE –
1632 desculpe o falatório, mas só uma dúvida, essa estratégia de tirar os delegados na conferência foi
1633 fundamental, por outro lado nessa dinâmica de enviar o representante da entidade, a cadeira é
1634 da entidade, o assento é da instituição, mas você tem que ter o nome que tem que está lá no dia,
1635 eu não estava em nenhuma das condições, eu era representante da entidade que estava
1636 concorrendo, e eu não tinha como me hospedar no hotel porque eu não tinha vaga. Porque
1637 estava fechado para a conferência do governo do Estado, a minha instituição teve um gasto
1638 absurdo de colocar um carro à minha disposição para ir e voltar todos os dias, então talvez isso
1639 devemos repensar, que essa figura que vai representar a sociedade e não está em nenhuma das
1640 categorias de representação possa ir como convidado. Porque naquela condição não tinha como
1641 ficar, minha entidade gastou com alimentação e o traslado todos os dias, porque não fazia
1642 sentido eu ir lá somente para me candidatar, eu tinha que participar do movimento como um
1643 todo. JUANITA – na verdade, você está correta, só uma correção, no segundo dia nós liberamos
1644 os quartos porque estávamos contando com os 853 municípios. Liberamos os quartos no
1645 segundo dia à noite e poderia ter hospedado. Rodrigo. RODRIGO – eu queria contar um “causo”,
1646 eu tinha marcado com meu colega que saiu e por algum motivo eu cheguei meia hora atrasado
1647 no primeiro dia de embarque, e já começando da confusão que teve o pessoal reclamando da
1648 aprovação do regimento interno, você entra no ônibus e o ônibus vai preenchendo, e uma van
1649 vazia com cadeirante e ficamos 40 minutos no meu ônibus até encher, as vans foram chegando
1650 na Afonso Pena e parece que prioridade que era pra van e teve gente que embarcou na van que
1651 não era deficiente e não tinha essa necessidade, nós acabamos chegando um pouco atrasado,
1652 em cima da hora, alguns reclamaram, era o que eu queria trazer para registro, era o fato que
1653 comprometeu com a chegada das três horas da tarde, que talvez vocês não souberam e
1654 ocorreu. Nos outros dias eu fui de carro, mas se soubesse que era assim eu teria ido de carro.
1655 Até meu colega que era conselheiro, não deu para fazer nada, pois quando nós encontramos já
1656 estava lendo regimento. JUANITA – na verdade não tem ninguém, porque tinha duas pessoas do
1657 CEAS e da SEDESE então assim, talvez não esteve identificado para vocês, nós tínhamos uma
1658 pessoa coordenando que era a Edma que é diretora da SEDESE junto com mais uma pessoa da
1659 SEDESE e duas do CEAS. Então assim, problema, para uma conferência deste porte, dá. Mais
1660 essa avaliação é necessária, porque daqui a dois anos temos outra, que são coisas que temos
1661 que nos debruçar mais para aperfeiçoar e arredondar mais. EDMA – os primeiros ônibus, eu
1662 cheguei era 07horas e já tinha gente, os primeiros ônibus eu coloquei os deficientes e os
1663 primeiros ônibus foram saindo, lotava o ônibus e ia embora, fui no primeiro para receber as
1664 pessoas, e o pessoal da SEDESE chegou para render o pessoal que chegou as 7horas da
1665 manhã e minha colega Sirlene diretora foi embora, quando chegou 3 horas da tarde e estava em
1666 contato com a Cláudia que é da SEDESE e estava com o pessoal do CEAS. Ela me ligou e falou
1667 como vamos fazer, nós vamos fazer, nós não temos ônibus para levar até o Tauá com duas ou
1668 três pessoas, o pessoal de três e quatro horas já era menos, nós vamos sair três horas o ônibus
1669 e quatro horas o último, porque tinha pouca gente, eu não tinha como liberar o ônibus para levar
1670 3 ou 4 pessoas no Tauá, pela manhã o ônibus encheu e sai, a tarde em contato com ela o tempo
1671 todo no telefone ela aqui e eu lá. Um ônibus, às três e outro às quatro horas. SHIRLEY – Eu só
1672 queria registrar que tive a situação parecida com a do conselheiro, pois fui indicada pela
1673 URCMAS/BH, mas também não era delegada, porque não fui escolhida da conferência regional,
1674 a vantagem que embora não pudesse participar da conferência, foi uma perda, mas o município
1675 disponibilizou transporte para eu ir no dia da eleição pra eu me candidatar. JUANITA – bom,
1676 encerradas as inscrições. A pauta eu tenho uma proposta, porque nós vamos deliberar sobre a
1677 resolução da CIB n. 10 que institui as regiões de assistência social, antes de iniciar a leitura e a
1678 apresentação, eu pergunto a esse plenário, vai ser encaminhado à comissão, se não eu penso
1679 que não deverá ser lido por mim, já que vai ser trabalhado na comissão, ou se esse colegiado
1680 vai ser deliberado eu faço a explicação, a leitura, sem nenhum problema, tiro todas as dúvidas
1681 do plenário. Eu pergunto a esse colegiado. A resolução das assistências social, a resolução da
1682 CIB n. 10, que o CEAS tem que deliberar. Pergunto vai para a comissão senhores delegados?
1683 Vai para a comissão. Bom! Então é entra para a pauta, vai para a comissão de política debruçar
1684 sobre a resolução da CIB e trazer a proposta para esse plenário. Outra questão é o sorteio de
1685 relatores para o processo de PAS barragem. Nós tínhamos um sorteio que é feito todo início de
1686 mandato deste colegiado, então hoje é necessário fazer, aqui na lista está todos os nomes em
1687 ordem alfabética e a entidade que representa. O sorteio fazemos da seguinte forma, nós tiramos
1688 os nomes dos conselheiros no papel e à medida que vai saindo são os primeiros conselheiros
1689 que vão pegar processo para fazer a relatoria, então agora nós estamos desconsiderando o
1690 sorteio que já existia, e vamos iniciar um sorteio novo. A Consolação está colocando o nome de

1691 todos os conselheiros e vamos colocar em um envelope, lembrando aos conselheiros novos, que
1692 não precisa haver nenhum receio, porque a secretaria executiva apoio todo esse processo de
1693 análise das relatorias, e eu vou pedir Sr. William para tirar o nome do primeiro conselheiro e
1694 fazer a relatoria do processo da próxima plenária, Shirley primeira, segunda Adriana Rocha, ou
1695 geralmente tenho sorte e vou para a última, Tanit terceira, são n processos, porque a medida
1696 que eles chegam vão convocando, tem um agora que é a Shirley quem vai pegar. Edir quarta,
1697 Marcos quinto, Sérgio Federação sexto, Anália sétima conselheira relatora, Júlio oitavo,
1698 Guilhermina nono, William décimo, Geisiane décimo primeiro, Denise décimo segundo, (falas ao
1699 fundo), Usuário décimo terceiro, Volney décimo quarto, Juanita décimo quinto, Rodrigo décimo
1700 sexto, Mila décimo sétimo, Ronaldo décimo oitavo, Hermilis décimo nono e Andrea vigésimo. É
1701 só para explicar, por exemplo, hoje temos um processo que vai ser apresentado, sendo a Shirley
1702 que vai fazer a relatoria do processo e temos um processo que a Andrea vai fazer a relatoria
1703 para você ver de que forma trabalhamos. Hoje são dois entra um e dois Adriana Rocha entra
1704 também. Bom! Finalizado o sorteio dos relatores, nós vamos para a distribuição dos processos
1705 que é CGH Anjos que vai avaliar o relatório final do PAS barragem, e o PCH Fumaça que é
1706 avaliação para aprovação do PAS barragem, a minha sugestão é que o relatório final fique para
1707 a Adriana que já tem mais experiência e a avaliação para aprovação do PAS fica para a Shirley,
1708 vocês quem sabem? Você fica com Anjos e Shirley com Fumaça, então vamos seguir a ordem,
1709 Anjos Fica com a Shirley e Fumaça. Um é relatório de conclusão Anjos o primeiro, ai vai para a
1710 Shirley, o outro é avaliação do PAS, que é a primeira entrada no conselho e fica com você
1711 Fumaça, OK! Eu sugerir o contrário, fica a ordem sequencial mesmo. Tranquilo! Bom! Nós temos
1712 apresentação da relatoria, foi feito o pedido de vista sobre o fechamento do posto de assistência
1713 social da CGH Farias, a conselheira relatoria Andrea, pediu a vista neste processo e vou pedir a
1714 ela para fazer a relatoria, mas antes eu gostaria de fazer uma contextualização, até para um
1715 entendimento, porque passou muito tempo, vou pedir a Rosa para situar o processo para todos
1716 nós compreendermos esse processo até chegar aqui. De forma bastante sintética Rosa, por
1717 favor! Porque foi vista enfim. ROSA – Boa tarde a todos! Eu sou responsável pela Comissão de
1718 Normas e pelo acompanhamento dos PAS barragens no CEAS. Esse processo do PAS
1719 barragem Farias ele iniciou em 2011, quando da aprovação do PAS da PCH. Durante o processo
1720 de construção tiveram que apresentar os relatórios de atividades da instalação do posto e das
1721 atividades que eles propõem no plano de assistência social, em agosto de 2012, foi comprovado
1722 a implantação do PAS, sendo uma das condições dele ter a licença de operação junto ao
1723 COPAM que é o órgão de controle ambiental. Só que o CEAS quando da comprovação da
1724 implantação do PAS ele determina que o posto de atendimento social ele fique mais um tempo,
1725 neste caso foi determinado que o posto ficasse em funcionamento mais 6 meses após a licença
1726 de operação, e foi comprovado e eles ficaram com o posto aberto mais 6 meses, para
1727 acompanhar o impacto pós o início da geração de energia, este posto funcionou tivemos neste
1728 trajeto um pouco de trabalho com relação a CHG Farias, houve algumas denúncias e as
1729 denúncias foram superadas quando eles apresentaram o relatório final do fechamento do posto.
1730 Como a nossa resolução que vocês vão ter acesso a ela 318, fala que temos que consultar o
1731 conselho municipal da área atingida. Guanhães retornou na última plenária quando estávamos
1732 avaliando o relatório final, houve algumas diferenças de informações, entre o conselho de
1733 Guanhães e o empreendedor, em relação às atividades do posto, nesse momento o relator era o
1734 Márcio Caldeira antigo conselheiros deste CEAS, a Andrea Medrado para entender este
1735 processo, o que estava acontecendo, que o conselho de Guanhães estava apontando situações,
1736 e que o empreendedor veio em plenária apresentando outros, ela solicitou a vista do processo,
1737 quando ela em reunião com o empreendedor, ele trouxe toda a documentação comprovando as
1738 realizações que eles fizeram na área da comunidade rural chamada Farias, por isso o nome.
1739 Esse empreendimento é uma CGH, que é uma Central Geradora Hidrelétrica, que vocês vão
1740 ouvir algumas siglas em relação à usina, essa central geradora o impacto dela é muito menor do
1741 que uma PCH ou do que um aproveitamento de hidrelétrica, ela gera só 1 Mega de energia,
1742 foram negociados só parte de 3 propriedades apenas, não houve impacto de 100% das
1743 propriedades, só foi área de rio e área de preservação permanente que é 100m de cada
1744 propriedade para manter área de preservação, mesmo assim teve que instalar o posto de
1745 atendimento para realizar algumas ações junto a comunidade de Farias que é uma comunidade
1746 rural de Guanhães. A Andrea em reunião verificou todas as ações, foi comprovado o que foi
1747 proposto para os seis meses e durante esses seis meses não fazem nenhuma ativação nova,
1748 eles apenas monitoram o que já foi feito. Monitoram se causou algum outro impacto, pós a obra,
1749 tinham que finalizar o monitoramento nos cursos e verificar se causou algum tipo de impacto
1750 positivo na comunidade, biscuit, bordado com as mulheres da comunidade, era só um momento
1751 de monitoramento de avaliação se causou impacto. A assistente social realizou palestras na
1752 escola rural da região, enfim, pela avaliação que a conselheira fez, nós conseguimos comprovar
1753 que aquilo que fizeram de proposta pós- licença de operação já havia sido cumprido, pois já
1754 havia sido cumprido também antes da licença de operação que era a implantação do posto de
1755 assistência social. Eu gostaria que vocês perguntassem quais os tipos de dúvida para vocês

1756 terem tranquilidade para deliberarem sobre a situação. SHIRLEY – o que seria este pedido de
1757 vista. JUANITA – agora que a Andrea vai fazer o relato do pedido de vista dela. ROSA – o
1758 pedido de vista em si é o seguinte quando há um processo de usina. Suponhamos, a Isabela
1759 está apresentando um PAS e você não consegue entender tudo do PAS, todas as discussões,
1760 fica uma coisa confusa, você pode pedir o pedido de vistas a relatoria deixa de ser da Isabela e
1761 passa a ser sua, você vai ter um prazo para analisar todo o processo e pegar os relatórios,
1762 análises e pareceres e rever tudo, porque você em uma plenária não consegue ter acesso,
1763 porque o relator chega, informa o que ele verificou e passa para a plenária, e mesmo com os
1764 esclarecimentos do relator não conseguir e não se sentir a vontade de deliberar sobre esse
1765 assunto você pode pedir vistas. No caso da Andrea ela já pediu e hoje tem que ser deliberado.
1766 JUANITA – o pedido de vista sai da plenária e vai para o conselheiro analisar e volta na outra
1767 pauta. ROSA – o mesmo processo pode ter pedido de vista de mais de um conselheiro.
1768 JUANITA – achei importante a contextualização para compreensão e agora a Andrea fazer a
1769 relatoria da vista. ANDREA – alguém tem mais alguém dúvida quanto a essa contextualização
1770 que a Rosa fez? O meu parecer foi após avaliação de toda a documentação apresentada pelo
1771 empreendedor que diante do processo exposto pelo fechamento do posto da CGH Farias, após
1772 o início da geração de energia, após a resolução 316 do CEAS, o meu parecer é pela aprovação
1773 do fechamento das atividades do posto de atendimento social, uma vez que o posto de
1774 atendimento social é um equipamento de atendimento da população direta ou indiretamente
1775 atingida pelo empreendimento, no caso específico o PAS funcionou durante o atendimento do
1776 empreendimento e após sua conclusão pelo tempo determinado pelo CEAS, e, além disso, todas
1777 as propostas do plano foi concluído, conforme comprovação dos documentos apresentados.
1778 JUANITA – conselheiros em discussão. JÚLIO – só para contextualizar mais um pouco é esse é
1779 o caso onde o presidente esteve aqui e relatou que o empreendimento não havia cumprido o que
1780 foi proposto. Não é isso? Esse empreendimento só para entender não é a primeira vez que ele
1781 causa problema no conselho. Se eu não me engano é a 8ª vez que ele não cumpre o que foi
1782 proposto. O presidente do CMAS alegou os problemas, que na verdade ele não tinha cumprido o
1783 que havia sido deliberado pelo CEAS, então é só para a gente entender, essa questão. ANDREA
1784 – o que estava dentro do plano de assistência social, foi cumprido e comprovado. O
1785 empreendedor foi à uma plenária junto ao conselho municipal de Guanhães e pactuaram outras
1786 coisas que estão fora do PAS. Entendeu? O PAS foi comprovado e executado, agora o que ele
1787 pactou no conselho municipal de Guanhães não está dentro do PAS. Só para lembrar que são
1788 duas coisas diferenciadas. ROSA – esse não é o empreendimento. O Empreendedor Hy Brazil
1789 ele teve algumas denúncias com a não instalação do posto em tempo determinado pelo CEAS,
1790 porque a nossa resolução quando aprova o PAS ele tem que está em funcionamento e com a
1791 equipe já trabalhando 30 dias após a emissão da resolução. Houve um histórico de todos os
1792 processos, denúncia de não funcionamento o posto no tempo determinado pelo CEAS, ou seja,
1793 30 dias após a resolução. Mais quando chegava a denuncia a comissão de normas verificava e
1794 esse empreendedor já instalava o posto. Em relação a CGH Farias, teve nesse mesmo caso a
1795 não instalação e funcionamento do posto, ele tinha que ter sido encerrado no início do ano e
1796 encerraram em julho exatamente por conta disso, porque eles ficaram um período fechado.
1797 JUANITA – ou seja, ele cumpriu o acordo que ele fez com o CEAS. ROSA – e o acordo que ele
1798 fez com o conselho municipal era sobre o projeto de artes, que o conselho queria que eles
1799 fizessem com eles. O combinado era um curso de capacitação com as mulheres que foram
1800 capacitadas pudessem vender seus produtos de empreendedorismo, isso não estava constando
1801 no PAS, constava o projeto de capacitação para a comunidade. JUANITA – só para me
1802 esclarecer. No planejamento apresentado pelo empreendedor, nós concordamos por meio da
1803 resolução, tinha, por exemplo, 5 ações no plano de assistência social e essas 5 ações foram
1804 cumpridas e foi outra ação que ele acordou no conselho municipal e está separada dessa ação
1805 do CEAS é isso? Entendi. Só um minutinho, nós estamos fazendo a inscrição. DENISE – a
1806 primeira parte da minha dúvida já foi devidamente esclarecida por você. A segunda é que nós
1807 podemos fazer sugestão de alteração do texto no parecer da Andrea. JUANITA – a gente vai
1808 aprovar ou não. Ir com o relator ou aprovar desfavorável a conclusão do PAS. DENISE – deixa
1809 eu explicar, é a redação, eu tenho total concordância, o projeto de trabalho apresentado para o
1810 CEAS e fiscalizado foi devidamente cumprido, só que na escrita o parecer dessa conselheira é
1811 pela aprovação do fechamento das atividades do posto uma vez que o posto de atendimento é
1812 um equipamento de atendimento à população. Então se nós tivéssemos aprovando o
1813 fechamento porque é de atendimento à população. É pelo fato do empreendedor ter cumprido o
1814 previsto nas atividades apresentadas para o conselho e não porque o posto é de atendimento,
1815 muito pelo contrário, senão teria que ficar aberto. JUANITA – é verdade. DENISE – se não quem
1816 ler, entende que o posto é para a população e eles estão fechando, então fechando porque ter
1817 cumprido. JUANITA – na verdade, só explicar para os conselheiros. O posto de atendimento
1818 social, ele é instalado no período que o CEAS determinada, que é esse processo de
1819 instalação/implantação da usina. Então acabou o período tem que acabar o posto mesmo, não
1820 justifica ficar aberto. WILLIAM – eu já fui contemplado porque meu pensamento é a mesma

1821 coisa, porque a leitura que ela fez eu fiz também, eu só queria perguntar que estava fechando o
1822 posto porque tinha pouca gente, ou se tinha um CRAS e pouca coisa, porque como usuário
1823 ficamos preocupadas com isso, porque mesmo ficando pronto tem pobre também. JUANITA – na
1824 verdade o CRAS é diferente do Posto. O posto é implantado no local do empreendimento.
1825 Terminou esse processo e fecha o posto, entretanto o CRAS fica para o atendimento. ADRIANA
1826 – É porque eu fiquei confusa. Eu não entendi da última apresentação, quando o empreendedor
1827 esteve aqui, não sei se a leitura dos documentos mostrou uma leitura tão diversa. Quando o
1828 empreendedor esteve aqui da última vez, o entendimento, é que ele não havia cumprido, com o
1829 que estava posto. JUANITA – isso não tinha ficado claro na outra plenária. ADRIANA – inclusive
1830 com visitas feitas por técnicos do CEAS no local e com argumentação que foi feita pela
1831 assistente social desastrosa na assembleia que ela mesma disse que não ficou no posto porque
1832 não tinha ônibus, o valor que era pago era pouco, pedimos vista e paramos a discussão, quanto
1833 mais argumentava, mais ele comprovava que não havia cumprido o PAS. Agora eu fiquei
1834 confusa. JUANITA – correta. ADRIANA – nós estamos falando é desse então houve falha de
1835 expressão deles. Eu fiquei confusa, eu realmente estou boba. JUANITA – agora realmente me
1836 veio isso Adriana com a fala do Júlio quando ele coloca a questão do conselho que não tinha
1837 cumprido, quando eu perguntei a Rosa, agora ficou claro, a Rosa vai explicar novamente. ROSA
1838 – realmente aquela plenária foi extremamente confusa. Pode até dizer equivocada a fala do
1839 empreendedor, do conselho municipal, foi uma confusão. Por quê? Porque a comissão de
1840 normas estava pautando no relatório do conselho municipal, que não foi cumprido, e chega o
1841 empreendedor aqui que acha que o que estava sendo determinado que não foi cumprido foi o
1842 posto de atendimento social, que no final de 2012/2013, houve a denúncia que estava fechado,
1843 veio este assunto de 2012 em pauta na plenária, misturou a ação que o posto começou a
1844 funcionar, misturou a ação que eles deveriam ter feito no começo da ação, o empreendedor
1845 achando o tempo todo na denúncia de 2012 que já tinha sido resolvida, o conselho municipal
1846 também o vice-presidente, ele ao mesmo tempo falava dessa ação que foi acordada dentro do
1847 conselho municipal, ele estava falando da denúncia que comprovamos em 2012 que foi
1848 regularizada em fevereiro de 2013, tanto que já estava regularizada, até julho de 2013, foi nesse
1849 momento que Andrea pediu vistas. Porque eu cheguei para os conselheiros e disse que estava
1850 confuso, não é este ponto. O ponto da discussão é a ação do posto de atendimento é com
1851 relação às atividades acordadas no PAS. Só que eles estão trazendo uma denúncia já resolvida
1852 em 2012, o empreendedor chegou munido de informações de uma denúncia que já havia sido
1853 cumprida em 2012, a assistente social é uma pessoa com algumas dificuldades, não conseguiu,
1854 trouxe uma pessoa do meio ambiente também com dificuldades na área de assistência social
1855 que começou a falar de assuntos que não tinha nada haver com a política de assistência, foi
1856 nesse momento que a Andrea se manifestou e pediu vistas, sendo entendido que realmente o
1857 que estavam falando era com relação a denúncia de 2012 e não era com ao assunto do
1858 fechamento do posto que era um processo vencido em 2012. Entendeu Adriana? JUANITA –
1859 ficou claro, conselheira Adriana? ADRIANA – ficou claro que mudou da água para o vinho, eu
1860 acho estranho isso, existia na pauta pontos colocados que apresentamos na ocasião, chegou a
1861 conclusão que não tinha sido cumprido que era necessário a presença dos dois, eles vieram e
1862 não conseguiram esclarecer, você está nos dizendo o seguinte, que toda aquela pontuação que
1863 recebemos antes, estava equivocada. ANDREA – o que estava pactuado no PAS dele está
1864 cumprido, o empreendedor pactuou outras ações junto ao conselho municipal de Guanhães, que
1865 não compete ao que estava no PAS, o que compete ao CEAS analisar o PAS e eles cumpriram,
1866 agora aquela plenária foi muito tumultuada e até gerou varias estranheza, foi quando pedi para
1867 entender o processo e na reunião pedi para a Rosa, para contextualizar para poder verificar de
1868 onde caminhar para aprovações. JUANITA – eu penso que ficou claro, a Rosa esclareceu que o
1869 gerou a confusão foi que a comissão de normas, pegou o parecer considerando o que foi
1870 pactuado no conselho municipal com o empreendedor e não pegou o norte nosso que é o PAS,
1871 o nosso norte é o PAS, os demais acordos o conselho não tem que debruçar e analisar em
1872 hipótese nenhuma, a questão ficou esclarecida com relação a isso. Conselheira Isabela, já foi
1873 contemplada. Mais alguém tem mais alguma dúvida? DENISE - a experiência foi boa para ficar
1874 atento e se ter análise do que é objeto do conselho, porque tem as pactuações do conselho
1875 municipal, porque é órgão autônomo, como vamos cobrar do empreendedor algo que não
1876 pactuamos com ele. Exato. JuANITA – já que passamos e estamos todos claros, com relação a
1877 CGH de Faria, vou lembrar ao conselheiro ela é nominal não é de levantar a tarjeta e temos que
1878 falar o nome e falar a favor ou contra. Vou iniciar a votação então Juanita Órgão Gestor voto com
1879 a relatora. ANÁLIA – pela aprovação VOLNEY – com a relatora FERNANDA – aprovado
1880 RONALDO – pela aprovação ADRIANA – com relatoria DENISE – com relatoria RODRIGO –
1881 com relatoria HERMILLIS – com relatoria GEISIANE – aprovo pela relatoria SHIRLEY – relatoria
1882 WILLIAM - Voto com a provação consertando o texto SÉRGIO – com a relatora JÚLIO – com a
1883 relatora JUANITA – eu gostaria de pedir a Rosa, como já temos conselheira nova que vai pegar
1884 relatoria, vou pedir a Rosa, só para falar a questão dos prazos para ter conhecimento com
1885 relação aos prazos. Só para quem está chegando agora. ROSA – Nossa resolução 318, nós

1886 temos duas resoluções que normatizam a questão de barragens, nós falamos muito em usina,
1887 mas nós não trabalhamos só com usinas, a lei é de barragem, pode ser de contenção de
1888 enchentes, é barragem com fins lucrativos, as barragens de abastecimento de água da
1889 COPASA, nós recebemos muita usinas, PCH, CGH ou UHE, nós também trabalhamos com
1890 barragem de água, a resolução 318, fala dos fluxos e análises de processos que nós temos para
1891 cada processo. A resolução 317, o que tem que constar no PAS, o diagnóstico e a 318 fala o
1892 fluxo, para os conselheiros relatores, o processo chega no CEAS, o técnico tem 60 dias para
1893 fazer análise documental e visita técnica, nesses 60 dias eu tenho que apresentar relatório
1894 conclusivo com meu parecer, na plenária subsequente ele tem que ser distribuído aos
1895 conselheiros. Mas a Shirley tem 30 dias, a nossa resolução fala em momento nenhum em
1896 plenária, você tem 30 dias. A nossa próxima plenária é 13 de dezembro é menos de 30 dias,
1897 você tem 30 dias para análise documental, se precisarem de consulta, ou visita você tem o prazo
1898 de 30 dias. SHIRLEY – só para esclarecer, mas a apresentação para a plenária, você teria que
1899 trazer para a próxima. JUANITA – então nós temos uma plenária no dia 13 que não vai dá os
1900 trintas dias, você fica a vontade de fazer nos trintas dias ou se dê conta antes encaminhar, mas
1901 você tem o prazo de 30 dias para enviar ao CEAS e apresentar em janeiro. Nós temos a última
1902 pauta de hoje que o CEAS recebeu um convite de uma reunião de apresentação do
1903 levantamento sobre a situação de execução de medida socioeducativas de meio aberto no
1904 Estado de MG, que vai ser no dia 25 de novembro, às 16hs no ministério público, gostaria de
1905 saber se tem algum conselheiro que tem interesse, considerando que é segunda e não vamos
1906 pagar diária e tem que ser conselheiro de Belo Horizonte, porque não vamos pagar diária, o
1907 Estado tem uma tramitação de diária, que todo o dia 10 é encaminhada planilha de todas as
1908 diárias que vão acontecer no CEAS. Então como essa não foi planejada, vamos tirar um
1909 conselheiro prioritariamente de BH. Eu estarei lá como órgão gestor, mas na impossibilidade de
1910 algum conselheiro, eu também estou como CEAS, fica a vontade de algum conselheiro participar
1911 da reunião com o MP, Sr. William, o senhor vai representar o CEAS no MP. E antes de encerrar
1912 a plenária, nós temos que tirar governo o dois representantes que vão compor o GT, que era na
1913 época a Gilvânia, o GT de Candonga, foi tirada a sociedade civil e tem que tirar o representante
1914 que a reunião é no dia 27/11 às 14:30 e a segunda com o empreendedor dia 05/12 às 14hs,
1915 quem fazia parte era representando o governo era a Gilvânia, eram três sociedade civil e um
1916 governo. Então eu pergunto os conselheiros representantes do governo, Isabela e Andrea, tá
1917 ótimo então! Há tá, o Sérgio está querendo fazer um encaminhamento. SÉRGIO – eu gostaria de
1918 voltar no primeiro ponto de pauta que é o orçamento do CEAS, gostaria de saber se aprovamos
1919 que saísse um ofício do conselho em relação ao piso mineiro. A execução do piso mineiro está
1920 baixa, ai não sei como deveria sair a tramitação, não sei se o conselho redija o ofício e apresente
1921 como seria Juanita! Para enviar o ofício com relação ao piso mineiro, isso para a política é
1922 fundamental. Nós deveríamos fazer isso, foi apresentado independente da aprovação, foi
1923 apresentado e vimos que o piso é muito baixo. Então queria saber se podemos aprovar esse
1924 encaminhamento do ofício. Vamos encaminhar então. JUANITA – então a secretaria executiva, o
1925 ofício é para mim, para o governo para quem? ANDREA – solicitando liberação dos recursos
1926 financeiros para pagamento do piso. CONSOLAÇÃO – naquela discussão, saiu à proposta de
1927 ofício para a SEPLAG, mostrando o impacto da não execução para os municípios, foi até o que a
1928 Mila havia colocado. (falas ao fundo). É desse jeito aqui? HERMILLIS – explicar o que é o
1929 processo de Candonga. JUANITA – O processo de Candonga é um empreendimento de usina
1930 hidrelétrica que entrou no CEAS e teve muitas denúncias, nesse processo de denúncia, o
1931 CEAS ele cassou a resolução que aprova o PAS, foram em MP tentamos fazer o acordo e nesse
1932 acordo criamos um plano de adequação. Nesse plano deu-se ao consórcio Candonga um ano
1933 para ele cumprir as coisas que haviam sido deliberadas, estamos em momento de relatório e o
1934 GT está analisando visitando conversando com o empreendedor para a gente vê se o plano será
1935 aprovado ou não a execução do plano de adequação, é empreendimento hidrelétrico também.
1936 VOLNEY – eu estive na capacitação do Bolsa Família, e houve inúmeras reclamações dos
1937 municípios com relação ao programa, que o MDS hoje coloca para rodar nos municípios,
1938 inúmeros problemas, inclusive de gestores com boa experiência no sistema que é o grande
1939 gargalo hoje. Como nós tivemos o conselheiro Márcio que foi do GT da coordenação Estadual do
1940 Bolsa Família, eu queria que este conselho convidasse o Márcio para dá maiores explicações do
1941 que ocorreu no encontro anual, da coordenação estadual para este conselho. O que acontece,
1942 estamos designando um novo conselheiro para a coordenação estadual do Bolsa Família, então
1943 acho fundamental a presença do Márcio que esteve durante o ano anterior, convidá-lo e situar-
1944 nos e quais as providências tomadas, foram 5 dias com 113 municípios diferentes e a queixa era
1945 a mesma. JUANITA – eu penso que não é necessário chamar o Márcio, mas esse colegiado
1946 fique à vontade. O conselheiro Márcio no cumprimento de suas tarefas de conselheiro, ele
1947 encaminhou um relatório da comissão que ele participava para passar para quem vai fazer essa
1948 representação agora. Só para situacionar, o órgão gestor encaminhou, para o CEAS, um ofício
1949 pedindo apoio, considerando todas as reclamações que foram levantadas pelos municípios.
1950 Então, eu mandei para o CNAS, MDS, SNAS e mandei para esse CEAS, os questionamentos

1951 você está correto são muitos. Resumindo o programa Bolsa Família é federal e a gestão é o
 1952 município, entretanto existem sistemas operacionais do programa Bolsa Família, que são geridos
 1953 pela Caixa Econômica ou pelo MDS que dificulta o gestor municipal na operacionalização do
 1954 programa. A competência que o Estado tem com relação ao programa é capacitação e
 1955 orientação ao município, nessa capacitação que fizemos este ano foi maçante. O que o órgão
 1956 gestor fez, elencou todos os questionamentos que tinham sido feitos, para a caixa, órgão gestor
 1957 SEDESE, MDS, e encaminhamos isso por meio de ofício para estes órgãos responderem e
 1958 assim respondermos aos municípios por ser um programa federal. Nós não recebemos
 1959 respostas nenhuma, mas fizemos essa tramitação. Bom senhores conselheiros, Consolação me
 1960 lembrou, não está na pauta, mas ela lembra toda hora. O CEAS tem que preencher o censo
 1961 SUAS conselho, como é feito todo ano, a secretaria executiva faz a proposta, leva pra mim eu
 1962 valido e com informações deste colegiado, junto com um conselheiro que insere as informações
 1963 no sistema, Censo Suas, aí eu pergunto continuamos com essa tramitação, tem algum
 1964 conselheiro que pode está junto com a Consolação, ou a secretaria executiva insere as
 1965 informações, eu pergunto para esse colegiado. Pode ser o vice- presidente ou qualquer
 1966 conselheiro. Sergio você quer, não? Volney, tudo bem, então a Consolação faz a proposta leva
 1967 pra mim e o Volney faz a inserção e depois a Consolação, imprime o questionário para que todos
 1968 tenham conhecimento via e-mail. No mais, agradecer e desejar um bom retorno e uma boa
 1969 viagem, para os que ficam aqui boa semana e até a próxima reunião. Nada mais havendo,
 1970 encerrou-se a presente ata degravada que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.

Nome	Entidade/Orgão	Assinatura
Ronaldo Gonçalves de Oliveira	CMAS/BH	
Geisiane Lima Soares	Caritas Brasileiras/MG	
Adriana Rocha	SEAPA	
William de Sá	CMAS/BH	
Isabela de Vasconcelos Teixeira	SEDESE	
Shirley Aparecida Moreira da Silva	CMAS/Sazedo	
Hermellis Messias Tirado de Campo	CMAS/S.Francisco de Paula	
Volney Lopes de Araújo Costa	PSIND/MG	
Maria Juanita Godinho Pimenta	SEDESE	
Sérgio Sampaio Bezerra	Fed. APAEs	
Andéa Maria Medrado	SEDESE	
Júlio Cesar de Oliveira Brum	IMSNS	
Adriane Cristina Domiciani R. Rosa	CRED	
Anália Maria Ferreira	COGEMAS	
Fernanda Rodrigues Maia Mendes	SES	
Mila Magalhães Ribeiro	SEPLAG	
Rodrigo dos Santos França	ASSPROM	
Marcos Vinícius Dias Nunes	FETAEMG	
Denise de Cássia Cunha	CRESS	

1971